

20 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA AL aprova criação de 115 cargos comissionados no TJ

José Lazaro Jr.
Reportagem Local

Curitiba - Ontem os deputados estaduais autorizaram a criação de 115 cargos comissionados no Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná. As vagas não são preenchidas por concurso público, sendo que a única regra para a escolha dos novos funcionários é que eles sejam formados em Direito. Cada um receberá no mínimo R\$ 4,2 mil por mês (simbologia DAS-5), mais uma gratificação superior a R\$ 500 destinada aos funcionários que assessoram os desembargadores. Esses valores constam na seção do TJ dedicada à transparência. Estão proibidos somente parentes dos magistrados, por conta de resolução do Conselho Nacional de Justiça que veda o nepotismo no Judiciário.

O impacto na folha de pagamento do TJ começa em R\$ 10,9 milhões neste ano e passa dos R\$ 12,2 milhões em 2015. No projeto aprovado pela Assembleia Legislativa (AL) do Paraná não há o impacto desse valor em parâmetros atualizados da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Somente consta que no final de 2012, 4% da Receita Corrente Líquida do TJ estava comprometida com a

Projeto passou na véspera de reunião sobre custas

folha de pagamento, quando o teto é de 5,7%. No início desse ano, os servidores do TJ tiveram aumentado o auxílio-alimentação em 77%, indo de R\$ 400 para R\$ 710 em fevereiro. O impacto dessa medida para a LRF também não foi divulgado.

O projeto foi votado em primeiro turno ano passado, no dia 18 de dezembro. Depois acabou "engavetado", igual a outros que criavam despesas no Judiciário e no Ministério Público (MP) do Paraná. Ao passar pela Comissão

de Constituição e Justiça (CCJ) da AL, a matéria recebeu voto contrário de Tadeu Veneri (PT), mesmo político que retardou a criação de 154 cargos no MP segunda-feira passada. O parecer positivo foi dado por Alexandre Curi (PMDB). Na Comissão de Finanças, Enio Verri (PT) julgou adequada a proposição.

A aprovação acontece na véspera de visita do presidente da AL, Valdir Rossoni (PSDB), ao TJ. Nesta quarta-feira ele pedirá pessoalmente

a Clayton Camargo que o tribunal indique membros para discutir o aumento das custas judiciais na Assembleia. O assunto já causou desentendimento entre os dois, com troca de declarações ríspidas em eventos oficiais e pela imprensa. Ontem Rossoni reuniu-se com entidades contrárias ao aumento das custas, como a OAB e sindicatos da construção civil, que toparam participar da comissão especialmente criada para discutir esse assunto.

20 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

Nova decisão permite posse de vereador preso

Ex-presidente da Câmara de Apucarana, Alcides Ramos assume cadeira no Legislativo e depois volta à PEL 2

O vereador reeleito de Apucarana (Norte) Alcides Ramos (DEM), preso preventivamente desde a última sexta-feira na Penitenciária Estadual de Londrina (PEL 2), tomou posse ontem no começo da noite na Câmara Municipal. A autorização foi concedida pela Vara de Execuções Penais (VEP) de Londrina, contrariando decisão da Justiça apucaranesa, que havia negado o pedido. Ramos foi escoltado pela polícia e depois de assumir a vaga retornou para a detenção.

Conforme o advogado Guilherme Gonçalves, que atua em defesa dos direitos políticos do parlamentar, Ramos não poderia ser impedido de assumir a cadeira. "A prisão não pode impedir Ramos de exercer o mandato, esse não é o objetivo da prisão cautelar e foi isso que a Justiça entendeu." Ele lembrou que o recurso apresentado à VEP foi assinado pelo escritório do advogado René Dotti.

Gonçalves disse que vai orientar o vereador a se licenciar do cargo, "talvez já nesta quarta-feira, por cautela, para que a

investigação possa ocorrer sem problemas". Quanto à prisão, o advogado afirmou que vai entrar com recurso pedindo a revogação. "Não há mais nada que sustente a prisão dele, testemunhas já foram ouvidas, não há risco para o processo."

Em entrevista à FOLHA anteontem, logo após a Justiça de Apucarana negar a posse, o promotor Eduardo Cabrini comentou a situação de Ramos. "A lei penal permite a saída da prisão caso ocorra a morte de um parente próximo ou para tratamento de saúde, mas não no caso em questão, envolvendo o vereador." A promotoria sustenta que o vereador, comissionados nomeados por ele e comerciantes do município teriam causado dano de R\$ 36,5 mil ao erário, usando a verba na campanha eleitoral.

20 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

Após 22 anos, político devolve recursos ao erário

O ex-vice-prefeito de Porecatu (Centro-Norte) Ademar Barros devolveu aos cofres municipais o valor de R\$ 137 mil referentes a dano causado ao erário em 1991, quando exerceu o mandato de vice, ao lado do prefeito Ademar Picolo (1989-1992).

Barros foi condenado em ação civil pública ajuizada pela Promotoria de Justiça de Porecatu em 2003, que transitou em julgado recentemente. Sem ter como apresentar novos recursos, o ex-vice-prefeito pagou o valor após ação de execução ajuizada pela promotoria.

A Justiça entendeu que o ex-vice-prefeito deveria ressarcir os cofres públicos porque comprou materiais de construção para sua casa e pagou com cheque da prefeitura. O fato ocorreu quando ocupou interinamente a chefia do Executivo.

A promotora Sílvia Luiza Dariva e Pereira, que ajuizou a ação há dez anos, comemorou o resultado, apesar da demora. "Nos dá um fôlego, dá alento porque é muito demorado obter-se o ressarcimento. Neste caso foram 22 anos após o fato", afirmou. "Tenho 39 ações civis públicas tramitando na Comarca e esta foi a primeira em que houve a devolução de recursos desviados."

Ela disse que irá sugerir ao município que utilize o recurso devolvido em um projeto específico nas áreas de educação, saúde ou meio ambiente "para que a população saiba que aquela ação ou obra ocorreu com dinheiro recuperado".

A promotora explicou ainda que o ex-vice-prefeito não foi acusado de improbidade porque o ato ilícito ocorreu antes da Lei de Improbidade Administrativa, de 1992.

Ainda segundo Sílvia Pereira, pelo mesmo fato Barros foi condenado com base no Decreto 201/67, que trata dos crimes praticados por prefeitos. "A pena prescreveu, mas houve a condenação."

Ademar Barros, que é advogado em Porecatu, preferiu nada comentar sobre o ressarcimento ao erário.

20 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

Médica é presa por suspeita de eutanásia

**Chefe do setor de UTI do Hospital Evangélico,
em Curitiba, nega crime**

Curitiba - O Núcleo de Repressão aos Crimes Contra a Saúde (Nucrisa) fez ontem em Curitiba uma operação para investigar mortes na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Evangélico, o segundo maior da capital. Durante a ação, a chefe do setor de UTI da instituição, Virgínia Soares de Souza Marcelino, foi detida preventivamente. Também foram cumpridos mandados de busca e apreensão para recolhimento de documentos. Ela é suspeita da prática de eutanásia, que é a indução à morte com consentimento do paciente, além de maus-tratos aos internados.

"As medidas adotadas estão respaldadas em lei e todas as providências necessárias visando a segurança e saúde da população serão tomadas", afirmou a delegada do Nucrisa, Paula Brisola, em nota oficial divulgada pela assessoria da Polícia Civil. A corporação também não repassou informações sobre a quantidade de mortes e em que circunstâncias elas teriam ocorrido. As investigações foram iniciadas há um ano.

O advogado da suspeita, Elias Mattar Assad, informou que está analisando o inquérito e deve entrar com um pedido de revogação da prisão nos próximos dias. "Ela alega inocência. É médica do Evangélico desde 1988 e nunca teve

nenhuma acusação, é uma pessoa de bem. A ação do Nucrisa foi precipitada e ocorreram equívocos de companheiros de trabalho que fizeram as denúncias", afirmou. A médica foi encaminhada para o Centro de Triagem da Penitenciária de Piraquara, na Região Metropolitana de Curitiba.

Posicionamentos

Em nota, a direção do hospital informou que não tem "conhecimento dos fatos para emitir qualquer posição, mas reconhece a competência profissional da médica e desconhece qualquer ato técnico da mesma que tenha ferido a ética médica". Uma comissão de sindicância interna foi criada para apurar as denúncias.

A Secretaria Municipal de Saúde também abriu sindicância para apurar o episódio. A investigação será conduzida pelo auditor do Ministério da Saúde (MS) Mário Lobato da Costa. A secretaria também solicitou à diretoria a substituição da equipe de UTI Geral até a conclusão das investigações.

O secretário de Saúde de Curitiba, Adriano Massuda, comunicou a situação ao ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e ao secretário estadual da Saúde, Michele Caputo Neto, para acompanhamento do caso. O Ministério Público do Paraná (MPPR), por meio da Promotoria de Justiça de Proteção à Saúde Pública de Curitiba, também está acompanhando as investigações.

20 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

CLÁUDIO HUMBERTO

Adams compra briga na AGU controlando ponto

O ministro Luiz Adams (Advocacia Geral da União) não parece fragilizado no cargo. Botou a faca na bota, como se diz nos pampas onde nasceu, e estuda duas medidas de alto poder explosivo: implantar um rigoroso controle de frequência e, a exemplo do Conselho Nacional de Justiça, orientar entidades de classe a recusar patrocínio privado de eventos (congressos, seminários) com presença de categorias da AGU.

Exemplo do CNJ

O ministro Joaquim Barbosa discute no CNJ a proibição de patrocínio privado de eventos com magistrados. A AGU deve seguir seus passos.

Assiduidade

Estão na AGU as carreiras que detêm hoje os mais altos salários do Estado. Luiz Adams acha que devem dar exemplo de assiduidade.

20 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

Homicídios representam um terço das mortes entre jovens

Brasília – Os números são contundentes: 51.330 homicídios e 42.425 mortes no trânsito aconteceram no Brasil em 2011, segundo relatório divulgado pelas cúpulas do Ministério da Saúde e do Ministério das Cidades ontem em Brasília. Entre os brasileiros assassinados naquele ano, mais de 28 mil eram homens com idade entre 20 e 39 anos. O contingente é superior à população de 83% dos municípios paranaenses.

A mesma faixa etária também predomina, de acordo com o levantamento, entre os que perdem a vida no trânsito. Pouco menos de 39% das vítimas eram adultos jovens do sexo masculino, ou mais de 16 mil pessoas, uma população equivalente à do município de Assaí, na Região Metropolitana de Londrina. No total, a faixa dos adultos jovens representa 56,7% dos atendimentos por violência em prontos-socorros.

Os ministros da Saúde, Alexandre Padilha, e das Ci-

dades (interino), Alexandre Cordeiro Macedo, apresentaram os números que fazem parte do Viva (Vigilância de violências e acidentes), estudo realizado pelo Ministério da Saúde em 71 hospitais que realizam atendimentos de urgência e emergência pelo Sistema Único de Saúde.

“Estas informações que apresentamos aqui têm papel decisivo para que tenhamos, nós e todos os demais órgãos federais, estaduais e municipais, mais segurança para agir. Também vamos utilizá-las em nossas campanhas de conscientização de motoristas, passageiros e pedestres”, ressaltou Padilha.

De acordo com a pesquisa, 30,9% dos atendimentos de urgência e emergência decorrem de quedas. Logo em seguida, 26,2% dos atendimentos, vem o item acidente com transporte. Destes, 21,2% se declaram ou foram avaliados como alcoolizados. A maior parte das vítimas conduzia o carro (22,3%). Entre os embriagados, 21,4%

era pedestre e 17,7% passageiro do carro. No item agressão, 49% das vítimas haviam ingerido álcool.

O Viva também mostra que a proporção do consumo de bebida alcoólica entre os pacientes homens foi bem superior ao das mulheres: 54,3% dos homens que sofreram violência e 24,9% dos que sofreram acidente de trânsito tinham ingerido álcool, enquanto os índices entre as pessoas do sexo feminino foram de 31,5% e 10,2%, respectivamente.

O ministro em exercício das Cidades destacou durante a apresentação dos dados que a lei seca, em vigor no país desde 2008, já começa a incitar mudanças significativas, como a redução de 24% das mortes no período do Carnaval 2013 (comparado ao do ano anterior). “Temos uma guerra no trânsito e isso tem de acabar. Fiscalização, legislação efetiva e ações de conscientização são importantes para termos um trânsito seguro”, destacou Macedo.

20 FEV 2013

JORNAL DO ESTADO

ASSEMBLEIA

Deputados aprovam 115 novos cargos no TJ

A Assembleia Legislativa aprovou ontem, em segunda discussão, projeto que prevê a criação de 115 cargos comissionados de Assessor II de desembargador na estrutura do quadro de servidores do Tribunal de Justiça do Paraná. Segundo a proposta, o impacto financeiro será de R\$ 10,9 milhões em 2013. O TJ alega que o objetivo é oferecer estrutura adequada à Justiça de segundo grau. De acordo com o tribunal, o aumento do número de varas em todo o Estado fez com que o número de recursos “dobrasse exponencialmente”, e existiram atualmente 36 mil recursos esperando distribuição. Ainda segundo o tribunal, atualmente já existem câmaras no TJ cujo desembargador que a integra tem recebido de 1.000 a 1.500 recursos por mês.

20 FEV 2013

JORNAL DO ESTADO

Redução

O Tribunal de Justiça do Paraná acatou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) proposta pela OAB Paraná contra itens do Regimento Interno da Câmara Municipal de Ponta Grossa, que criava novos critérios para a apresentação de lei de iniciativa popular. As exigências incluíam a obrigatoriedade de juntar de fotocópia dos títulos de eleitores dos subscritores do projeto, além de assinatura idêntica à do título de eleitor. Segundo a OAB, a intenção era dificultar a tramitação de projeto que prevê a redução do número de vereadores da Casa. O TJ-PR entendeu que as exigências afrontavam a Constituição Federal material e formalmente, pois estabelecia imposição desproporcional, bem como afrontava a Constituição Estadual, pois o dispositivo que criava as novas regras não era cabível para tanto.

Tribunal Regional Federal

O senador Sérgio Souza (PMDB/PR) entregou ontem ao presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Félix Fischer, exemplares da Nota Técnica sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 544/2002, que cria os Tribunais Regionais Federais no Paraná, Amazonas, Bahia e Minas Gerais. Durante o encontro, no gabinete do ministro, em Brasília, o senador explicou a necessidade de um novo tribunal no Paraná, para atender à população do Estado, e informou sobre a Frente Parlamentar em Defesa da Criação dos Tribunais Regionais Federais (TRFs), criada no final de 2011. Sérgio Souza informou sobre a tramitação da PEC nº 42/2012, de sua autoria, que também prevê a criação do tribunal no Paraná. A proposta está na pauta de votações do plenário do Senado. “Este é o momento ideal para a criação do TRF, já que temos um presidente do STJ do Paraná e a ministra da Casa Civil (Gleisi Hoffmann) também do Estado”, afirmou o senador.

20 FEV 2013

JORNAL DO ESTADO

HOSPITAL EVANGÉLICO

SAÚDE ABRE SINDICÂNCIA PARA apurar denúncia de mortes na UTI

Investigação policial corre em segredo de Justiça.

Médica-chefe do setor foi presa na manhã de ontem pelo Nucrisa

A Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba abriu, ontem, sindicância para investigar supostas irregularidades na UTI Geral do Hospital Universitário Evangélico, em Curitiba. A secretaria também solicitou à diretoria do Hospital a substituição da equipe de UTI Geral até a conclusão das investigações, em decorrência da prisão da médica-chefe do setor, ontem. O caso corre em segredo de Justiça.

Apesar do segredo de Justiça, a Secretaria de Estado da Saúde confirmou, em nota na Agência Estadual de Notícias, que a suspeita é de que “uma médica que atuava no hospital foi presa nesta terça-feira (ontem) sob suspeita de ser responsável por mortes de pacientes internados na Unidade de Terapia Intensiva do Evangélico”, diz a nota.

A prisão foi feita pelo Núcleo de Repressão aos Crimes Contra a Saúde (Nucrisa) da Polícia Civil do Paraná. Segundo comunicado do Núcleo, poucas informações sobre a investigação podem ser repassadas à imprensa, pois o Departamento da Polícia Civil obedece às limitações do sigilo decretado judicialmente nos autos.

A direção do Hospital Evangélico também instaurou uma comissão de sindicância interna para apurar os fatos denunciados. “Quanto à profissional envolvida, o Hospital Evangélico reconhece a sua competência profissional, e até o momento desconhece qualquer ato técnico da mesma que tenha ferido a ética médica”, posicionou-se a direção em nota na tarde de ontem. Porém, se colocou à disposição da investigação policial.

Um médico-observador será nomeado por uma junta administrativa — composta pela Secretaria Municipal de Saúde, Conselho Regional de Medicina e Sociedade Evangélica Beneficente. Esse médico acompanhará os serviços realizados pelo Evangélico a partir de agora.

Para suprir eventual dificuldade de atendimento no Evangélico, a Secretaria Municipal e a Secretaria de Estado da Saúde estão trabalhando em conjunto para colocar em funcionamento dez novos leitos de UTI no Hospital do Trabalhador.

O secretário de Saúde de Curitiba, Adriano Massuda, comunicou a situação ao ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e ao secretário de Estado da Saúde, Michele Caputo Neto, para acompanhamento conjunto do caso. Uma comissão da saúde trabalhará paralelamente a investigação policial.

CONTINUA

20 FEV 2013

JORNAL DO ESTADO

CONTINUAÇÃO

MPPR acompanha ação do Nucrisa

A Promotoria de Justiça de Proteção à Saúde Pública de Curitiba acompanhou a ação do Núcleo de Repressão aos Crimes contra a Saúde Pública (Nucrisa) da Polícia Civil. Foram cumpridos mandados de busca e apreensão de prontuários médicos e outros documentos relativos a internações e mortes de pacientes do Hospital Universitário Evangélico de Curitiba. Acompanhou, ainda, o cumprimento do mandado de prisão temporária de médica intensivista do hospital, com o objetivo de apurar diversos ilícitos.

O MP-PR informa, também, que acompanha as investigações criminais e vem adotando as providências necessárias junto aos órgãos públicos competentes para a garantia de continuidade e integridade da assistência à saúde dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) no Hospital Universitário Evangélico de Curitiba.

20 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

CNJ restringe patrocínio de juízes, mas abre exceções

Conselho barra brindes, mas deixa parte dos eventos ser paga por empresas

Resolução impede presença em congressos patrocinados de associações, mas não de tribunais e escolas

O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) recuou ontem na intenção de proibir qualquer patrocínio privado para eventos de magistrados.

O conselho aprovou uma resolução que impede a participação de juízes em eventos das associações de classe patrocinados ou custeados por empresas e também proíbe os juízes de receberem prêmios, brindes, auxílios ou contribuições financeiras.

A resolução, porém, permite que eventos e congressos promovidos por tribunais, conselhos de Justiça e escolas de magistraturas recebam patrocínio de empresas de até 30% dos custos totais.

No início do mês, o corregedor nacional de Justiça, Francisco Falcão, apresentou proposta ao plenário sugerindo que fosse vedado qualquer tipo de patrocínio privado, não só para as associações.

Os juízes só estariam liberados para participar de eventos pagos com recursos públicos ou exclusivos de suas entidades.

O texto ganhou a adesão imediata de mais cinco conselheiros e outros dois indicaram que deveriam aprovar, mas um pedido de vista de Carlos Alberto Reis de Paula adiou a votação.

Na sessão de ontem, Falcão retirou a proposta inicial e apresentou uma nova — em conjunto com Reis de Paula. Ela acabou aprovada por 10 votos a 5.

Falcão e Reis de Paula avaliaram que a restrição total corria risco de não avançar já que o tema estava em debate desde 2011, levado pela ex-corregedora Eliana Calmon.

Eles aproveitaram uma ideia lançada pelo presidente do CNJ e do STF (Supremo Tribunal Federal) Joaquim Barbosa e colocaram a previsão de 30% de patrocínio.

Barbosa, que defendia a proibição total, justificou que a medida foi para conseguir avançar. “A alegação foi que a proibição total acabaria com todos os eventos existentes, alguns tradicionais.”

Eventos de juízes bancados por empresas, com distribuição de brindes em resorts, foram temas de reportagens da **Folha** nos últimos anos.

Barbosa fez uma série de críticas a magistrados que recebem esses brindes em justificativa de aprimoramento.

“Resorts não combinam em nada com o trabalho intelectual sério”, afirmou. “Não vejo porque essa gana, essa sanha de participar de aprimoramento em resort. Não há aprimoramento algum”, completou.

Apesar do recuo, Barbosa e Falcão consideram a medida como um avanço. “Esse é um passo inicial e poderemos dar um passo mais adiante daqui a alguns meses restringindo a tudo, mas isso, talvez inviabilize os eventos culturais que todos os países transparentes também têm”, disse Falcão.

FOLHA DE S. PAULO

Presidente do STF descarta decidir vetos esta semana

20 FEV 2013

Sem análise, Congresso não votará Orçamento

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal) Joaquim Barbosa indicou ontem que dará celeridade a ação que trata do sistema de votação dos vetos pelo Congresso, mas descartou que a análise ocorra ainda nesta semana pelo plenário da corte.

Pressionados pelo Planalto, deputados e senadores suspenderam a votação do Orçamento de 2013 até que o plenário do Supremo se manifeste sobre se os vetos presidenciais devem ser votados em ordem cronológica.

Ao chegar para a sessão do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), Barbosa disse que aguarda o ministro Luiz Fux, relator do caso, liberar a matéria para submetê-la ao plenário. “Assim que liberar, eu coloco [na pauta]”, afirmou.

Os presidentes do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), telefonaram anteontem para Barbosa pedindo sensibilidade no caso. “Ligaram e eu disse que no STF quem decide e quando vai ser julgado um caso é o relator”, afirmou.

O sistema de acompanhamento de processos do Supremo aponta que o processo não foi liberado. Anteontem, Fux disse que conversaria com colegas para decidir a necessidade de levar a ação ao plenário e não deu um prazo para isso acontecer.

Barbosa disse que o processo não vai entrar na pauta da sessão desta semana, mas minimizou. “Qual a diferença entre julgar amanhã, quinta e semana que vem?”.

20 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

PARANÁ

Médica é presa sob suspeita de causar mortes de pacientes

DE CURITIBA - A médica que coordena a UTI do Hospital Universitário Evangélico de Curitiba foi presa ontem sob suspeita de ser responsável pela morte de pacientes internados.

Virgínia Helena Soares Souza é médica há 30 anos e intensivista desde 1988 no Evangélico, hospital filantrópico que é referência para o atendimento pelo SUS em Curitiba e região.

O mandado de prisão temporária foi cumprido pela manhã. As investigações correm em segredo de Justiça.

Os investigadores também cumpriram ontem mandados de busca e apreensão de prontuários médicos de pacientes.

Em nota, o hospital afirmou que “desconhece qualquer ato técnico [da profissional] que tenha ferido a ética médica” e disse “reconhecer sua competência”. As secretarias da Saúde do Paraná e de Curitiba instauraram uma sindicância.

O advogado da médica, Elias Mattar Assad, disse que a profissional “sempre agiu preservando vidas” e atribuiu as acusações a “interpretações errôneas da terminologia médica”.

20 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Irmãos Cravinhos irão para o semiaberto

Presos há mais de 10 anos pela morte do casal Von Richthofen, eles poderão sair para trabalhar, voltando à prisão para dormir

Juíza diz que Cristian e Daniel têm 'bom comportamento'; em 2011, Justiça negou benefício a Suzane

Presos há pouco mais de dez anos, Cristian e Daniel Cravinhos vão cumprir o restante da pena em regime semiaberto, no qual o detento pode sair de dia para trabalhar e volta para a penitenciária para dormir.

Os irmãos foram condenados, em 2006, junto com Suzane von Richthofen, pelo assassinato dos pais dela. Marízia e Manfred von Richthofen foram mortos na casa da família, no Brooklin (zona sul de São Paulo), em outubro de 2002. Os três foram presos no mês seguinte.

De acordo com o Tribunal de Justiça, o Ministério Público apresentou parecer favorável à progressão de pena.

Em sua decisão, a juíza Sueli Zeraik de Oliveira Armani, da Vara das Execuções Criminais de Taubaté, afirmou que Cristian e Daniel vêm mantendo "bom comportamento carcerário" e que a boa disciplina foi atestada pelo diretor da penitenciária de Tremembé (a 147 km de São Paulo).

Cristian foi condenado a 38 anos, um mês e 18 dias de reclusão, enquanto Daniel, que namorava Suzane na época do crime, foi condenado a 38 anos, 11 meses e 17 dias.

Ainda segundo a juíza, o tempo de cumprimento das penas é suficiente para conceder o benefício. Pelo Código Penal, o condenado passa a ter direito ao regime semiaberto após cumprir um sexto da pena.

SUZANE

Em junho de 2011, o STJ (Superior Tribunal de Justiça) negou pedido da defesa de Suzane para a progressão para o regime semiaberto. Em dezembro de 2010, o STJ já havia negado outro pedido da ex-estudante de direito da PUC-SP.

O recurso ao Tribunal de Justiça também já havia sido negado, sob o argumento de que o exame criminológico mostrou imaturidade, egocentrismo, impulsividade, agressividade e a ausência de remorso por parte de Suzane.

Na época, a Promotoria havia se posicionado contra a concessão do benefício a Suzane, por considerá-la "dis-simulada".

Condenada a 39 anos e seis meses de prisão por homicídio triplamente qualificado (motivo torpe, meio cruel e impossibilidade de defesa das vítimas), Suzane continua presa em regime fechado em Tremembé.

20 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Acusação defende tese de que desvio de verba fez Rugai matar o pai

Questionamentos dos defensores acirraram ânimo no plenário e houve bate-boca

TALITA BEDINELLI
FELIPE SOUZA
DE SÃO PAULO

O segundo dia de julgamento de Gil Rugai, 29, foi marcado por discussão entre acusação e defesa. Gil é acusado de matar o pai, Luis Carlos Rugai, 40, e a madrasta, Alessandra Troitino, 33, na casa em que residiam em Perdizes (zona oeste), em 2004. Ele assiste ao julgamento impassível.

De manhã, Alberto Bazaia Neto, instrutor de voo do pai de Gil, afirmou que o Luis havia dito quatro dias antes do crime que o filho confessou, após pressionado, ter desviado dinheiro da empresa. Por isso, Gil foi expulso de casa.

Para o promotor Rogério Zagallo, a descoberta do desvio é o motivo do crime.

A defesa, por sua vez, começou a explorar uma tese que deverá usar ao longo do julgamento: a de que o crime teve associação com o narcotráfico.

Segundo os advogados Marcelo Feller e Thiago Anastácio, o aeroclube onde o instrutor atua, de propriedade do pai dele, foi considerado pela CPI do Narcotráfico um “dos grandes pontos de entrada e distribuição de drogas no país”.

Com a exibição de reportagens antigas, eles mostraram que, em 2003, um empresário foi preso no aeroclube de Itu num avião com 300 kg de cocaína. O pai da testemunha, Alberto Bazaia Júnior, foi presidente do aeroclube. Segundo a defesa, a polícia já havia

apreendido ali dois aviões com contrabando.

Uma grande quantidade de drogas também foi encontrada em propriedade da família Bazaia, dizem os advogados.

Segundo os advogados, na tarde anterior ao crime, um sábado, o pai de Gil havia instalado uma câmera no seu avião — fato confirmado pelo instrutor. “Então ele instalou uma câmera no sábado e morreu no domingo?”, questionou o defensor Feller à testemunha.

Os questionamentos esquentaram os ânimos. O assistente de acusação Ubirajara Pereira disse que a defesa fazia era “nojento”. “Nojento é o senhor”, retrucou Anastácio.

À tarde, num depoimento de seis horas, o delegado do caso, Rodolfo Chiareli, afirmou não ter dúvidas de que Gil é autor dos disparos. “Todas as provas levaram à imputação dele”, disse, citando relatos de testemunhas de que Gil falsificara assinatura em cheques do pai e que ele havia discutido com Luis por causa disso.

Também citou a localização da arma do crime, numa caixa de água no prédio onde Gil tinha escritório.

A defesa ponderou que o pai sabia que Gil assinava seus cheques na sua ausência e afirmou que as fraudes ocorreram quando outra funcionária cuidava da área administrativa. Também questionou o fato de o delegado não ter pedido perícia nos cheques falsificados.

Até a conclusão desta edição, o julgamento continuava.

20 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

SEGUNDO DIA DO JULGAMENTO DE GIL RUGAI

Defesa tentou desqualificar testemunho de Alberto Bazaia Neto



PONTOS DA DEFESA

1

ALBERTO BAZAIA NETO, instrutor de voo de Luis Carlos Rugai, pai de Gil Delegado Rodolfo Chiarelli, responsável pelas investigações

Depoimento: Afirmou que Luis Rugai teria dito que Gil confessou um desvio de dinheiro da empresa de Luis. Gil teria sido expulso de casa por causá-lo

> A defesa de Gil tentou desqualificar o testemunho de Alberto Bazaia Neto, afirmando que a empresa de seu pai, onde trabalha, foi considerada pela CPI do narcotráfico como "ponto de entrada e distribuição de drogas no país".

> Além disso, a defesa tentou relacionar a morte do pai de Gil com as ações de traficantes. Na casa de Luis foram encontradas 400 gramas de maconha na geladeira e 20 tablets da droga em um sótão

2

DELEGADO RODOLFO CHIARELLI

Depoimento: Para ele, todas as provas comprovam que Gil é o culpado pelas mortes. Disse também que as balas de pistola encontradas na casa de Gil eram compatíveis com as cápsulas da cena do crime. Ao ser questionado pelo promotor se Gil Rugai era o responsável pelas mortes, o delegado afirmou: "Eu não tenho nenhuma dúvida"

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

20 FEV 2013

ANÁLISE

LUIZ FLÁVIO GOMES

Defesa procura desconstruir a credibilidade das provas apresentadas

Todos que estão acompanhando mais atentamente o julgamento do caso Gil Rugai estão percebendo o quanto o princípio do contraditório é relevante para a descoberta da verdade processual.

Tudo que é afirmado no plenário do júri por uma parte acaba sendo contraditado, posto em dúvida, pela outra.

Ontem, duas testemunhas de acusação foram ouvidas: um instrutor de voo, que confirmou que a vítima Luiz Carlos Rugai, morto aos 40 anos e pai de Gil, foi ameaçada pelo próprio filho; e o delegado de polícia, que conduziu as investigações, manifestando sua convicção de que Gil foi o autor dos assassinatos —do pai dele e da madrasta.

As provas colhidas até este momento são incriminatórias. A defesa vem procurando desconstruir a credibilidade delas e chegou, inclusive, a evidenciar falhas —supostamente gritantes— em um laudo feito pela perícia.

Se os jurados tivessem que julgar o caso imediatamente, após as falas de acusação, muito provavelmente condenariam o réu, em razão dos vários indícios existentes no processo e listados no júri.

Mas hoje começam as provas da defesa e esse quadro, desfavorável ao réu, pode sofrer profunda alteração.

A Justiça tem como símbolo uma deusa de olhos vendados, que segura em uma das mãos a balança grega de dois pratos. O significado disso é que sempre devem ser ouvidas as duas partes.

Os jurados formarão convicções a partir das versões apresentadas, sobretudo no momento culminante dos debates orais. O réu pode ser condenado por provas indiciárias —mas, se houver dúvida, ele será favorecido.

LUIZ FLAVIO GOMES, 55, jurista e diretor-presidente do Instituto Avante Brasil.

20 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Estado de SP tem 93 mil presos em delegacias

DE BRASÍLIA - O Estado de São Paulo tem 92.884 presos em delegacias, sendo 68.654 (73,9%) provisórios e 24.230 (26,1%) condenados.

Os dados fazem parte da Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública, divulgada ontem pelo Ministério da Justiça, a partir de dados de 2011. O estudo faz um diagnóstico das polícias civis, militares e dos bombeiros.

Em 2011, a Polícia Civil de São Paulo prendeu 119.744 pessoas, registrou 3 milhões de boletins de ocorrência, abriu 372 mil inquéritos e concluiu 368 mil investigações.

No diagnóstico das polícias civis, Rio de Janeiro, Ceará, Pernambuco e Distrito Federal têm a menor quantidade de delegacias em relação à população. A Polícia Civil é a responsável pela investigação dos crimes nos Estados.

O Rio tem uma delegacia para 93.137 pessoas; Pernambuco, uma para 41.232 habitantes; Tocantins, uma para 6.671 habitantes; e São Paulo, uma para 20.804 habitantes.

20 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Na internet, liberdade com responsabilidade

DANIEL PIMENTEL SLAVIERO

Em 7/1, neste espaço, o presidente do conselho consultivo superior da Associação Brasileira de Internet (Abranet), Eduardo Fumes Parajo, assinou artigo intitulado “Marco Civil: por uma internet livre”.

O tema tratado —a proposta de regras para o uso da web no Brasil, com direitos e obrigações de cidadãos, empresas e governos— é um dos mais importantes para o país neste momento. Um projeto de lei a esse respeito aguarda votação no plenário da Câmara dos Deputados.

É louvável que, em sua abordagem, o articulista defenda o conceito da neutralidade de rede, previsto no projeto, cujo objetivo é assegurar que todos os provedores de internet ofereçam aos usuários a mesma velocidade, independente das características do arquivo transmitido.

O princípio da neutralidade, que conta com o apoio do setor de radiodifusão, é fundamental para preservar o direito de milhões de internautas, de pequenas empresas e de novos empreendimentos, ao evitar uma tarifação “customizada”, acessível apenas aos grandes sites comerciais.

A regra já é adotada por países como Chile, Colômbia, Holanda e EUA, mas no Brasil enfrenta resistência das companhias de telecomunicações.

Entretanto, o autor do artigo incorre em equívocos quando trata de outro ponto relevante do marco civil da internet: a regra para a retirada

Os provedores não querem ser responsáveis por tirar conteúdo que viola direitos autorais do ar após notificação. O Marco Civil tem de lutar contra a pirataria

de conteúdo ilegal que infringe direitos autorais ou conexos.

A Abranet entende que ao provedor de internet não “compete” decidir sobre a remoção de um conteúdo de sua plataforma. Tampouco, em sua opinião, o provedor poderia ser responsabilizado por violação de direitos autorais após “mera notificação de terceiros”.

Ora, o exercício da liberdade em qualquer democracia implica assumir responsabilidades.

Aliás, no ambiente de absoluta liberdade da rede, esse princípio está consagrado internacionalmente com a adoção do sistema “Notice and Take Down”. No Brasil, já respaldado por farta jurisprudência.

Por esta regra, o site que incorrer em violação de direitos autorais é notificado e pode decidir se retira ou mantém o conteúdo pirata. Se, mesmo alertado do caráter ilegal do conteúdo postado, o site o mantiver, somente nesse caso responderá pelos danos causados, solidariamente com o autor. A notificação não possui caráter impositivo. Exige, sim, um juízo de valor do site so-

bre o conteúdo contestado.

A alternativa ao instituto da notificação —a judicialização do conflito— seria a pior possível tanto para o autor de uma obra pirateada como para o conjunto da sociedade. Trata-se, evidentemente, de um caminho incompatível com a celeridade do mundo virtual, e antagônico à tendência de evitar o acionamento do Judiciário, já sobrecarregado.

Felizmente, o relator, deputado Alessandro Molon (PT-RJ), soube recolher as melhores contribuições da sociedade civil e de seus pares.

Cabe lembrar que a indústria cultural é um dos mais ativos setores da economia brasileira, responsável por bilhões de reais e milhões de empregos, diretos e indiretos, e que tem na internet uma plataforma extraordinária para seu crescimento.

Em nome de suas 3.000 emissoras associadas, a Abert espera do Congresso Nacional um marco civil para web que garanta a liberdade de expressão, promova novas oportunidades econômicas e respeite os direitos autorais, que, mais do que uma garantia apenas para artistas, músicos e criadores, são pressupostos em uma sociedade que demanda produção cultural de qualidade e em grande escala.

DANIEL PIMENTEL SLAVIERO, 32, administrador de empresas, é presidente da Abert (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão)

20 FEV 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

MINISTÉRIO PÚBLICO

CNMP retoma julgamento de investigação de juízes

A discussão chegou ao CNMP em junho do ano passado, por meio de representação da Amagis

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) deve retomar em sessão na próxima terça-feira (25/2) a discussão sobre a possibilidade de o MP de Minas Gerais abrir processos administrativos-criminais contra juízes. O caso está pautado, mas a publicação no Diário Oficial da União deve ocorrer entre esta quarta (20/2) e quinta-feira (21/2).

A discussão chegou ao CNMP em junho do ano passado, por meio de representação da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis). Os juízes pedem que o CNMP proíba o Ministério Público de MG de abrir procedimentos administrativos-criminais contra seus membros por violação ao artigo 33 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman).

Diz a regra que “quando, no curso de investigação, houver indício da prática de crime por parte do magistrado, a autoridade policial, civil ou militar, remeterá os respectivos autos ao Tribunal ou órgão especial competente para o julgamento, a fim de que prossiga na investigação”.

O relator, conselheiro Almino Afonso Ferreira, já se pronunciou pelo provimento parcial do pedido. Determinou que o MP não abra os tais procedimentos sem autorização do Tribunal de Justiça de Minas. Mas o caso está parado desde então, por causa de pedido de vista dos conselheiros Mário Bonsaglia, Fabiano Silveira e Jarbas Soares Júnior.

Pela regra do CNMP, o conselheiro que pede vista tem duas sessões para apresentar voto. A sessão da próxima terça é a segunda desde o voto do relator e, portanto, o caso fica pautado. Mas não há como adiantar se o caso será discutido ou não. Os pedidos de sustentação oral têm preferência na pauta do CNMP e há outros votos-*vista* agendados para o mesmo dia.

20 FEV 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Juizados Especiais oferecem meio mais rápido para resolver conflitos

Muitas pessoas não sabem, mas é possível resolver um problema na Justiça de maneira veloz, eficiente e barata utilizando-se os serviços dos Juizados Especiais. Cobranças de dívidas de condomínio, ressarcimento por danos cometidos em acidentes de trânsito e ações de despejo para uso próprio do imóvel são apenas alguns exemplos dos conflitos cotidianos que podem ser solucionados em um Juizado Especial. O assunto será tema de seminário em Brasília, nos dias 6 e 7 de março. O evento, organizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), vai reunir especialistas para avaliar os primeiros 18 anos de funcionamento.

“Acessar o Juizado Especial, no primeiro grau, não custa nada para quem entrar com a ação. Se a causa for de até 20 salários-mínimos, a pessoa não precisa sequer de advogado”, explica o conselheiro do CNJ José Guilherme Vasi Werner, que coordenará o Seminário Juizados Especiais: Diagnósticos e Perspectivas.

Pessoas físicas, microempresas, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e sociedades de crédito podem procurar um Juizado Especial Cível para mover ação que envolva valores de até 40 salários mínimos. Também pode ser acionado o Juizado Especial Criminal no caso de uma infração penal de menor potencial ofensivo, como contravenções penais ou crimes cuja pena não ultrapasse dois anos. Tanto o Juizado Especial Cível como o Juizado Especial Criminal surgiram em 1995, criados pela Lei n. 9.099/1995, como parte da Justiça Comum nos estados, no Distrito Federal e Territórios.

A Lei n. 10.259/2001 criou os Juizados Especiais na esfera da Justiça Federal. Nesses órgãos as pessoas físicas, as empresas de pequeno porte e as microempresas podem ingressar com processos civis. A União, as autarquias, as fundações e as empresas públicas federais serão sempre réus nos Juizados Especiais Federais.

Na esfera federal, o valor-limite das causas com que os Juizados Especiais Cíveis trabalham é um pouco superior – 60 salários-mínimos. Os Juizados Especiais Criminais também tratam das infrações penais de menor potencial ofensivo, desde que sejam da competência da Justiça Federal, como crimes políticos ou aqueles praticados contra bens, serviços ou interesses da União.

PANORAMA POLÍTICO

PEDRO WASHINGTON

JULGAMENTO MARCADO

A situação do todo poderoso ex-presidente Caio Derosso que durante 16 anos mandou na Casa de Leis municipal, e que agora já tem parte de seus bens bloqueada, complica-se ainda mais. Começa dia 22 de maio o seu julgamento e de outros implicados nas malfetorias com verbas da Casa. Improbidade administrativa é a acusação.

EM CHOQUE

Há coisas no serviço público que não têm explicação. Mesmo com seu contrato sub-judice em função de denúncias, a Consilux continuou com seus 196 radares instalados e pagos pela Prefeitura de Curitiba. Uma análise técnica da Secretaria de Finanças de Gustavo Fruet determinou redução nos valores. Cerca de 37%. De 737.427,28 para R\$ 464.003,23. A Consilux aceitou! Pode!

ATÉ QUANDO?

Valdir Rossoni está resistindo. Com toda a pressão exercida pelo Judiciário e seus braços cartoriais, não colocou em votação o projeto de aumento das custas (18,5%) cobradas em todos os cartórios do Estado. Para resistir montou uma comissão com representações de várias partes envolvidas, inclusive representação popular, para discutir o assunto. A sociedade organizada precisaria se manifestar: Facebook no tema!

20 FEV 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Bem não pode ser sequestrado por crédito em disputa

O sequestro de bens para garantir o cumprimento de obrigação de crédito discutida em ação principal viola o artigo 822 do Código de Processo Civil. Este é o entendimento da 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, ao acolher, por unanimidade, o pedido da sociedade de uma empresa de máquinas agrícolas para reformar decisão que concedeu liminar de sequestro fundada em pretensão de crédito.

O credor havia ajuizado ação cautelar contra a sociedade com a intenção de conseguir o sequestro de duas máquinas agrícolas. O pedido foi deferido pelo juízo de primeiro grau para “garantir a satisfação do crédito, cujos valores se situam na casa das dezenas de milhares de reais”.

A sociedade recorreu ao tribunal de segunda instância, sem êxito. Interpôs, então, Recurso Especial ao STJ, sustentando que os requisitos necessários para o acolhimento da cautelar de sequestro não foram satisfeitos por não haver litígio sobre o destino dos bens objeto da ação.

Em seu voto, a relatora, ministra Nancy Andriahi, lembrou que a legislação processual estabelece que o sequestro de bens pode ser decretado pelo juiz quando houver disputa sobre sua propriedade ou posse. Entretanto, a lei exige que o receio de dano seja comprovado.

“Para o deferimento de medida dessa natureza, é necessário que o juiz se convença de que, sobre o bem objeto da ação principal — cujo sequestro se pleiteia —, tenha se estabelecido, direta ou indiretamente, uma relação de disputa entre as partes da demanda”, afirmou.

No caso, a relatora concluiu que o sequestro teve o objetivo de garantir o cumprimento de obrigação de crédito discutida em ação principal, violando, dessa forma, o artigo 822 do CPC.

“De acordo com o entendimento desta Corte Superior, versando a ação principal, como no particular, sobre pretensão creditícia, não se identifica a presença dos requisitos exigidos no artigo 822, I, do CPC para concessão da medida de sequestro.

GAZETA DO POVO

>> PONTA GROSSA

TJ manda Câmara votar redução de vagas de vereadores

PONTA GROSSA

Maria Gizele da Silva, da sucursal

20 FEV 2013

■ Uma decisão do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) obriga a Câmara Municipal de Ponta Grossa, nos Campos Gerais, a votar o projeto de lei de iniciativa popular que busca reduzir o número de vereadores de 23 para 15. A redução, se aprovada, vai valer apenas para a próxima legislatura.

O projeto foi barrado na Câmara com base nas alíneas “d” e “e” do artigo 192 do Regimento Interno da Casa. O texto exigia a fotocópia do título de eleitor e a assinatura idêntica ao do documento de quem aderiu ao abaixo-assinado para apresentação de projeto de lei de iniciativa popular na Casa. O abaixo-assinado, apresentado em 2011 pelo Conselho de Entidades, não atendia a esses requisitos e a direção da Câmara decidiu arquivá-lo.

A OAB Paraná entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no TJ e, por unanimidade de votos, o Órgão Especial considerou as exigências do Regimento Interno inconstitucionais. Diante da decisão, o Conselho de Entidades vai protocolar o projeto na Câmara. Ontem, integrantes do Conselho estiveram na Casa para pedir apoio dos vereadores.

O presidente do Legislativo municipal, Aliel Machado (PCdoB), disse que a Câmara não vai recorrer da decisão do TJ. Ele adiantou que assinou um projeto, em conjunto com o vereador Valdenor Paulo do Nascimento (PSC), para extinguir as alíneas do Regimento Interno reprovadas pelo TJ.

20 FEV 2013

GAZETA DO POVO

115 CARGOS

de assessor comissionado de desembargador serão criados nas próximas semanas pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJ). Ontem, a Assembleia Legislativa aprovou, em segunda discussão, projeto de lei do TJ que prevê a criação das vagas, a um custo anual de R\$ 10,9 milhões em 2013. Essas despesas chegarão a R\$ 12,2 milhões em 2015. Esse é um dos projetos que o presidente da Assembleia, Valdir Rossoni (PSDB), negou-se a colocar em votação no fim do ano passado, por ter sido encaminhado ao Legislativo às vésperas do recesso parlamentar. Outro cria 25 cargos de desembargador e 175 postos em comissão para assessorá-los.

20 FEV 2013

GAZETA DO POVO

» JUDICIÁRIO

CNJ desiste de vetar patrocínio a eventos de juízes

Tribunais poderão receber de patrocinadores privados até 30% do custo de seminários e congressos

BRASÍLIA

Agência Estado

■ A resolução que deveria impedir eventos do Judiciário patrocinados por empresas privadas terminou por institucionalizar uma espécie de cota patrocínio. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) recuou da proposta de extinguir os patrocínios privados a eventos de juízes e aprovou uma resolução para estabelecer um limite máximo. A partir de agora, os tribunais poderão receber financiamento de empresas privadas, desde que o valor não ultrapasse o equivalente a 30% do que será gasto no congresso ou seminário.

A proposta original vedava completamente o patrocínio de empresas privadas. A intenção era coibir alguns eventos que, de acordo com conselheiros, assemelhavam-se a colônias de férias, inclusive com o sorteio de presentes, como carros e cruzei-



Joaquim Barbosa propôs cota de patrocínio de 30%.

ros marítimos. “Esses eventos, na grande maioria, não têm nenhum efeito cultural, especialmente esses que são realizados nas praias”, afirmou o corregedor Nacional de Justiça, Joaquim Falcão.

Mas o texto foi considerado severo demais por integrantes do Conselho. O presidente do CNJ, ministro Joaquim Barbosa, propôs então que fosse estabelecida uma cota para os patrocínios de 30% do valor total do congresso. No entanto, pela proposta, as associações de classe ficam proibidas de receber os patrocínios. Apenas os tribunais, conselhos de Justiça e Escolas da Magistratura poderão ter o apoio financeiro de empre-

sas privadas para seu eventos.

Dessa forma, as associações de juízes só poderão organizar seminários, congressos e simpósios com recursos próprios. A vedação aos patrocínios desagradou dirigentes de associações de magistrados. Segundo o presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), Nino Toldo, a medida pode inviabilizar novos eventos.

Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Nelson Calandra, afirmou que analisará o texto para saber se haverá recurso ao Supremo. E criticou a proibição de patrocínio: “Há empresas que contribuem para o país melhorar. Se o Judiciário melhora, melhor para os bancos e para as empresas”, disse.

Sem brindes

A decisão do Conselho também proíbe aos juízes de receberem prêmios, brindes, auxílios ou contribuições financeiras. A medida afeta os concursos organizados por entidades privadas e que premiavam magistrados por boas práticas.

O principal desses prêmios era concedido na sede do Supremo Tribunal Federal (STF) e premiava juízes com o pagamento de aproximadamente R\$ 50 mil.

20 FEV 2013

GAZETA DO POVO

Nova denúncia agrava crise no maior hospital privado do estado

Envolto em denúncias de irregularidades na liberação de recursos e enfrentando grave crise financeira, o Hospital Evangélico de Curitiba – maior instituição particular filantrópica do estado – enfrenta novo escândalo. Uma operação da Polícia Civil resultou na prisão temporária da médica responsável pela Unidade de Terapia Intensiva (UTI), acusada de envolvimento na morte de pacientes. O caso corre em segredo de Justiça e não houve detalhamento sobre a operação. Mas enfermeiros ouvidos pela reportagem relatam que iniciativas médicas que ocorriam no local eram inadequadas. O hospital passará por uma auditoria e a equipe da UTI Geral será substituída.

20 FEV 2013

GAZETA DO POVO

» ESCÂNDALO

Polícia prende médica no Evangélico

Chefe da UTI de um dos maiores hospitais de Curitiba é detida em operação que apura as circunstâncias da morte de pacientes

Rosana Félix, Fernanda Trisotto e Angieli Maros

A morte suspeita de pacientes colocou o Hospital Universitário Evangélico de Curitiba no centro de um novo escândalo. Policiais civis do Núcleo de Repressão aos Crimes Contra a Saúde (Nucrisa) realizaram ontem uma operação que resultou na prisão temporária da médica responsável pela Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do hospital e na apreensão de documentos. Trata-se de mais um capítulo da crise que afeta em cheio a credibilidade da maior instituição hospitalar privada e filantrópica do Paraná.

As acusações que recaem sobre o Evangélico e a médica Virgínia Soares de Souza — detida provisoriamente por 30 dias — não foram detalhadas sob alegação de que o caso corre em segredo de Justiça. A delegada titular do Nucrisa, Paula Brisola, informou apenas que as investigações começaram há um ano, com base em denúncias dos próprios funcionários do hospital. Segundo ela, aproximadamente 30 profissionais da UTI do Evangélico serão ouvi-

dos hoje. A delegada disse ainda que a médica trabalha na instituição há 20 anos. Após prestar depoimento, à tarde, Virgínia foi transferida para o Centro de Triagem I, em Curitiba.

Pela manhã, funcionários do Evangélico — que não quiseram se identificar — relataram que cerca de dez policiais estiveram no estabelecimento de saúde. Eles entraram pela portaria do setor de Nutrição e foram para a UTI Geral, no 4.º andar. Dois policiais saíram do hospital com envelopes de documentos, acompanhados de um médico — que não estava algemado. O Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção à Saúde Pública — divisão do Ministério Público do Paraná (MP) — acompanhou a operação.

Histórico

Há aproximadamente um ano, o jornal *Tribuna do Paraná* noticiou algumas mortes que ocorreram dentro do Hospital Evangélico e que levantaram suspeitas entre os familiares das vítimas. Na época, a instituição alegou que não havia recebido reclamações a respeito na ouvidoria e que o acesso aos prontuários só poderia ser feito por via legal, por se tratar de caso de sigilo médico.

Em agosto de 2012, outra morte ocorrida no hospital ganhou repercussão. João Carlos Siqueira Rodrigues, então com 38 anos, que estava internado no hospital havia

quatro anos, morreu por falta de ventilação. Ele ficou conhecido ao escrever um livro, *O Caçador de Lembranças*, durante o internamento. A família suspeitou de negligência e o hospital instaurou uma sindicância, que, em outubro passado, concluiu que houve falha médica. Na época, o Nucrisa e o MP anunciaram que iriam investigar o caso.

Em entrevista à *Gazeta do Povo*, Pedro Rodrigues, 69 anos, pai de João, afirmou que o caso continua sendo investigado pelo MP. “Já ouvimos mais de 40 pessoas. O hospital falou que a culpa era de uma enfermeira que tinha desligado o equipamento. Mas a enfermeira declarou que não ia assumir a culpa sozinha, disse que estava recebendo ordens de uma médica”, relatou.

CONTINUA

20 FEV 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

“Suspeita é equívoco”, afirma advogado

■ O advogado Elias Mattar Assad diz que a suspeita levantada contra a médica Virgínia Soares de Souza é “um equívoco”. Segundo ele, interpretações errôneas de termos médicos que a intensivista utiliza no cotidiano do trabalho podem ter gerado algum mal entendido.

“Deve ser alguma coisa que ela falou como ‘vai suspender o oxigênio para ver se o paciente vai respirar sozinho’, e nisso passou algum enfermeiro que pode ter achado que o desligamento era para matar o paciente”, afirma Assad, que assumiu a defesa da acusada.

Segundo o advogado, a médica — que está em uma ala especial do Centro de Triagem I, em Curitiba — não está preocupada com a suspeita. “Ela está bem, bem instaladinha. Ela está bem tranquila e disse que tudo não passa de um equívoco”, informa.

Assad afirma ainda que vai começar a estudar hoje o inquérito que apura a possível conduta ilícita de Virgínia e, assim que possível, ver as possibilidades de ingressar com um pedido de liberdade.

“O hospital disse que a culpa era da enfermeira, mas ela declarou que não ia assumir a culpa sozinha, disse que estava recebendo ordens de uma médica.”

Pedro Rodrigues, pai do paciente João Rodrigues, que morreu em agosto de 2012 no Evangélico. O hospital reconheceu ter havido falha no atendimento.

REAÇÃO

A Secretaria de Saúde de Curitiba solicitou à diretoria do Evangélico a substituição da equipe de UTI Geral até a conclusão das investigações e abriu uma sindicância para investigar as irregularidades. Um médico-observador foi nomeado para acompanhar os serviços no hospital. A direção do Evangélico também instaurou uma sindicância interna, mas não quis comentar o assunto ontem.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

20 FEV 2013

CRISE SEM FIM

Relembre fatos recentes que marcaram o Hospital Evangélico e sua mantenedora, a Sociedade Evangélica Beneficente (SEB):

Ago 2011 – A Operação Voucher, da Polícia Federal, detectou irregularidades em convênios firmados entre o Ministério do Turismo e associações de utilidade pública. Em 2011, a SEB recebeu R\$ 3,1 milhões do ministério para treinar mão de obra para a Copa, embora essa não seja a área de atuação da entidade.

Mai 2012 – Balancete mostra dívidas de R\$ 260 milhões da SEB, prejudicada pelo fim dos convênios com o Ministério do Turismo.

Jul 2012 – Sem receber salários, médicos paralisam o pronto-socorro do hospital por 48 horas. Funcionários também protestam.

Ago 2012 – Internado havia quatro anos, o paciente João Carlos Siqueira Rodrigues morre. A família acusa hospital de negligência. Em outubro, instituição reconhece que houve erro humano.

Jan 2013 – Médicos voltam a paralisar atendimento, por falta de pagamento. SEB diz que prefeitura deixou de fazer repasses. Executivo municipal alega que problema é da gestão anterior, mas regulariza pagamento no fim do mês.

Fev 2013 – SEB rompe contrato com a prefeitura da capital e deixa de administrar o Hospital do Bairro Novo, atividade que fazia desde 1997, com repasse de recursos pelo município. Nova administração terá início em março.

ENTREVISTA

ALINE ALBUQUERQUE, professora de Bioética da Universidade de Brasília (UnB) e membro da Sociedade Brasileira de Bioética.

Eutanásia configura crime de homicídio, explica especialista

Uma das suspeitas que motivaram a operação deflagrada ontem pela Polícia

Civil é a possível prática de eutanásia na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Evangélico. "A eutanásia ocorre por ação ou omissão médica e configura crime de homicídio", explica Aline Albuquerque, especialista em bioética, que falou ontem com a **Gazeta do Povo**.

Qual a diferença entre ortotanásia e eutanásia?

A ortotanásia é uma prática socialmente aceita, até pela Igreja Católica. Ocorre quando o médico deixa a morte ocorrer naturalmente e não adota nenhum método que possa prolongar o sofrimento do pa-

ciente. Na eutanásia, que é ilegal no Brasil, a morte não ocorre de maneira natural. Ela ocorre por ação ou omissão médica. Em países que pratiquem a eutanásia, ela pode ser voluntária ou involuntária. No primeiro caso há o consentimento do paciente. No segundo caso, quando o paciente está inconsciente, a família decide por ele.

Qual é a conduta médica esperada em situações assim?

O médico precisa dar os elementos necessários para o paciente e a família decidir o que fazer, mas nunca pode tomar uma decisão desse tipo. A eutanásia até pode ser debatida em termos éticos, mas juridicamente não é aceita no Brasil. Configura crime de homicídio.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

“Uma pessoa íntegra e correta”, defende colega

■ A única vez em que o médico Manuel Ruedas Guerrero ficou tão chocado com a notícia de uma prisão foi quando uma professora do curso de Medicina da UFPR foi detida no momento em que chegava ao IML com um pedaço de coração para dar uma aula e foi acusada de tráfico de órgãos. A outra foi ontem com a notícia da prisão da médica e colega Virgínia Soares de Souza, com quem trabalha no Evangélico desde meados da década de 1980. “A Virgínia tem muitos defeitos, é boca dura, xinga todo mundo, mas essas acusações contra ela são estapafúrdias”, diz. Ele conta que a médica tinha uma grande preocupação em salvar a vida dos pacientes e não media esforços para fazê-lo. “Sempre foi uma pessoa íntegra e correta”, diz. Ele conta que tem uma lista de pacientes que foram tratados em conjunto e que muitos até hoje procuram a médica para agradecê-la.

Paciente salvo

Esse é o caso da supervisora Lucilda Aparecida de Paula Carneiro, 47 anos. Em março de 2011, seu filho Alberto Carlos, aos 25 anos, caiu de um andaime e quebrou uma perna. Por um erro médico, não passou por cirurgia e foi liberado com a perna engessada pelo próprio Evangélico. Resultado: voltou ao hospital dois dias depois da alta, com um grave quadro de embolia pulmonar. Alberto passou 17 dias na UTI, sob os cuidados da doutora Virgínia.

20 FEV 2013

“Ela trabalhou muito no caso dele, jamais deixava o paciente sozinho e sempre falava com a família”, diz. Ela conta, que no 18.º dia, ele deixou a UTI, mas passou outros dez dias em observação e deixou o hospital de cadeira de rodas. Em dezembro daquele ano, ele voltou a andar. “Devo a vida do meu filho a ela.”

“Ação médica era imprópria, diz enfermeiro

■ Enfermeiros que trabalharam no Evangélico e pediram para não ser identificados relatam que iniciativas médicas que ocorriam dentro da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do hospital não eram adequadas. Em depoimento à Gazeta do Povo, alguns deles dizem que já tinham tentado denunciar ao Ministério Público o que consideravam abuso por parte da chefe da UTI, Virgínia Soares de Souza. “Mas tinha que dar o nome e assinar. Eu não podia fazer isso, mesmo depois de sair de lá. Ainda estava esperando o pagamento de salários atrasados, não podia correr o risco de me expor desse jeito”, relatou um deles. “Ainda bem que uma boa alma teve a coragem de levar isso para frente. É preciso investigar isso mesmo.”

20 FEV 2013

GAZETA DO POVO

ATÉ TRÊS ANOS

é o prazo que o trabalhador autônomo desempregado tem agora para requerer benefícios ao INSS. O novo tempo é fruto de uma decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) que determinou que o INSS amplie o prazo em que o autônomo continua com direitos de segurado sem pagar a contribuição se comprovar que está desempregado. Com isso, o beneficiário passa a ter até três anos para requerer benefícios junto ao INSS. A decisão, válida apenas nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, foi tomada pela 5ª Turma da corte no início deste mês. Antes o prazo concedido era de apenas 12 meses. A decisão dá ao contribuinte individual os mesmos direitos do empregado demitido.

DECISÃO

Irmãos Cravinhos cumprirão pena em regime semiaberto

Os irmãos Daniel e Cristian Cravinhos de Paula e Silva vão cumprir o restante da pena a que foram condenados pelo assassinato dos pais de Suzane von Richthofen em regime semiaberto, segundo decisão da Justiça divulgada ontem e datada do último dia 15. Daniel foi condenado a 39 anos e Cristian, a 38. Eles estão presos desde 2002. Com o regime semiaberto, os irmãos podem trabalhar ou estudar durante o dia e retornar ao presídio de Taubaté (SP) à noite. À época do crime, Daniel era namorado de Suzanne. Os pais dela, Manfred e Marísia Richthofen, eram contra o namoro. O crime aconteceu na casa da família de Suzane, na zona sul de São Paulo.

TRE cassa o mandato do prefeito de Fazenda Rio Grande

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) cassou ontem, por unanimidade, o mandato do prefeito de Fazenda Rio Grande (na região metropolitana de Curitiba), Chico Santos (PSDB), e da vice Ana Lúcia Pacheco de Andrade (PSD). O tribunal julgou procedente a ação movida por Alisson Wandscheer (PSB), que no ano passado perdeu a eleição para o tucano. Chico Santos é acusado de abuso de poder político, pois teria utilizado a estrutura da prefeitura e o trabalho de servidores para produzir dois jornais da cidade e de utilizar, indevidamente, os veículos de comunicação em benefício da própria candidatura.

Agora vem essa história muito mal contada de o Parlamento decidir esperar a decisão do plenário do STF sobre a ordem de apreciação dos vetos para poder votar o orçamento.

Os 3.060 vetos presidenciais não se acumularam na pauta do Poder Legislativo da noite para o dia nem do ano passado para cá. É coisa antiga: dizem que há vetos ainda do tempo de Itamar Franco na Presidência da República para serem examinados.

Nem por isso, nesses anos todos, o Congresso deixou de aprovar o orçamento do ano seguinte antes de entrar no período de recesso de fim de ano.

Agora vem essa história muito mal contada de o Parlamento decidir esperar a decisão do plenário do Supremo Tribunal Federal sobre a ordem de apreciação dos vetos para poder votar o orçamento na União para o ano que já começou.

Uma novidade surgida depois que uma manifestação do ministro Luiz Fux, decorrente de consulta sobre o veto parcial da presidente Dilma Rousseff à nova lei de distribuição dos royalties do petróleo, levantou essa questão dos vetos adormecidos.

O ministro Fux simplesmente esclareceu que os vetos não poderiam ser examinados como estava pretendendo o Congresso: embrulhados num pacote. Era preciso obedecer à ordem cronológica.

Como a Constituição determina que vetos não apreciados no prazo de 30 dias trancam a pauta, ficou a dúvida se o orçamento não poderia ser objeto de contestação judicial caso fosse votado antes dos vetos.

Em fevereiro, o ministro Luiz Fux voltou a se manifestar para esclarecer: uma coisa não tem a ver com a outra.

Poder-se-ia acrescentar: nunca teve. Assim como no caso das medidas provisórias que deveriam simplesmente ser devolvidas ao Executivo se não forem relevantes e/ou urgentes, o Congresso nunca respeitou a Constituição no que tange ao rito dos vetos.

Assim como recentemente o STF decidiu que o Parlamento deve examinar a urgência e a relevância das MPs, mas teve o realismo de fazer valer interpretação para dali em diante, obviamente o Supremo não condicionará o orçamento de 2013 a vetos de 20 anos atrás.

Não faz, portanto, nenhum sentido essa alegação de espera. Apenas deixa o Congresso mais uma vez a reboque do Executivo e do Judiciário.

Ao Planalto, claro, não interessa que sejam examinados os vetos, principalmente aqueles que correm o risco de ser derrubados (com destaque para royalties e Código Florestal). Se o Congresso quisesse resolver o problema poderia, nesse meio tempo entre a liminar do ministro Fux e o início da sessão legislativa em 4 de fevereiro, ter-se organizado para limpar a

pauta dos vetos. Preferiu, mais uma vez, abrir mão de suas prerrogativas em favor dos colegas de Praça dos Três Poderes. Na realidade, dois.

20 FEV 2013

METRO

Câmara vai defender novo feriado no TJ

Consciência Negra. Vereadores protestam contra a ACP e prometem defender lei, que está sendo contestada no Tribunal de Justiça. Processo já tem relator

A Câmara Municipal vai defender, no TJ-PR, a lei que instituiu o dia da Consciência Negra em Curitiba. Uma ação, movida pela ACP (Associação Comercial do Paraná), pede que o feriado seja considerado inconstitucional. Os vereadores se organizaram para manter a data. "Analisamos entrar como 'Amicus Curiae', (figura jurídica interessada, mas que não foi designada como parte do processo)", diz o presidente da casa, vereador Paulo Salamuni (PV).

O processo já teve seu relator designado, o desembargador José Carlos Delacqua, e antes de emitir seu parecer, a Câmara Municipal deverá ser ouvida. oficialmente "Ainda não recebemos nenhuma notificação, mas vamos nos defender através da procuradoria da casa", diz Salamuni.

De acordo com o advogado Cléverson Marinho Teixeira, que defende a ACP, a decisão sairá ainda neste ano. "Nós não entramos com pedido de liminar porque o feriado é apenas em 20 de novembro", conta. Caberá ao órgão especial do Tribunal, que tem 15 desembargadores, a decisão final.

Debate

A ACP alega que o feriado, além de inconstitucional, traria prejuízos econômicos de R\$ 160 milhões. "Quando uma indústria não produz em um dia, não recupera mais", afirma Marinho.

O vereador Mestre Pop, por outro lado, considera a ação como "racista e preconceituosa". "Eles estão pensando apenas nos cifrões. Nós queremos um feriado não para fazer festa, mas para um momento de reflexão. Curitiba tem um racismo silencioso e cruel, eu já senti isso na pele", afirma.

20 FEV 2013

METRO

Médica é presa sob acusação de eutanásia

Investigação. Ela é suspeita de ser a responsável pela morte de pacientes internados na UTI do Hospital Evangélico. Denúncia partiu de funcionários. Caso segue em sigilo

Uma das diretoras da UTI (Unidade Terapia Intensiva) do Hospital Evangélico, de Curitiba, Virgínia Helena Soares foi presa ontem pela manhã pelo Nucrisa (Núcleo de Repressão aos Crimes Contra a Saúde) acusada de praticar eutanásia em pacientes que estavam internados.

As investigações começaram há cerca de um ano, a partir de denúncias de funcionários e ex-funcionários do hospital. A eutanásia apressa a morte de pacientes com doenças terminais.

A médica prestou depoimento ontem. Outros funcionários do hospital também foram ouvidos.

A operação cumpriu ainda

mandados de busca e apreensão de prontuários médicos e outros documentos relativos a internações e mortes de pacientes na instituição.

“A investigação visa a segurança e a saúde dos pacientes e as informações não podem ser repassadas haja vista que foi decretado o sigilo judicial”, afirmou a delegada titular do Nucrisa, Paula Christiane Brisola, em entrevista a rádio BandNews.

Evangélico

Por meio da assessoria de imprensa, o Evangélico informou que foi instaurada uma comissão de sindicância interna para apurar os fatos. O hospital disse ainda que reconhe-

ce a competência profissional da diretora. “Até o momento desconhecemos qualquer ato técnico da mesma que tenha ferido a ética médica”.

O secretário de saúde do Paraná, Michele Caputo Neto, anunciou que o Estado vai participar da comissão de sindicância.

O MP-PR (Ministério Público) também acompanha as investigações e afirmou que “vem adotando as providências necessárias junto aos órgãos públicos competentes para a garantia de continuidade e integralidade da assistência à saúde dos usuários do SUS (Sistema Único de Saúde) no Hospital Evangélico”.

Defesa

O advogado da médica, Elias Matar Assad, considerou a prisão precipitada. “Ela não praticou nenhum ato ilícito. Há grande possibilidade de ter havido interpretações erradas de escutas telefônicas ou de pessoas próximas que não estão familiarizadas com os procedimentos da UTI”, defendeu.

A médica trabalhava no Evangélico desde 1988. O advogado disse que vai entrar com um pedido de revogação da prisão. Ela está detida no Centro de Triagem I.

20 FEV 2013

METRO

Improbidade. Derosso será julgado em maio

A Justiça definiu a data de 22 de maio para a primeira audiência de instrução do ex-presidente da Câmara Municipal de Curitiba, João Cláudio Derosso. Ele é acusado de irregularidades na contratação da empresa da sua ex-mulher, Cláudia Queiroz pra serviços de publicidade no legislativo. De acordo com o MP-PR (Ministério Público), houve favorecimento na licitação.

Além de Derosso, Cláudia também responderá por improbidade. Outros quatro ex-funcionários também estariam envolvidos e serão julgados em maio.

Derosso já teve o seu mandato cassado e está sem partido. Caso seja condenado, ele pode perder os direitos políticos.

Justiça condena dois homens da Operação Intolerância

A 3ª Vara Criminal Federal de Curitiba condenou a seis anos e meio de reclusão, em regime semiaberto, dois homens acusados de incitar a discriminação contra negros, homossexuais, judeus, nordestinos e mulheres em mensagens veiculadas na internet.

Os réus Emerson Eduardo Rodrigues e Marcelo Valle Silveira Mello foram presos pela Polícia Federal em 22 de março de 2012 em Curitiba e Brasília na Operação Intolerância, que os identificou como responsáveis pelas postagens criminosas encontradas no site silviokoerich.org.

As investigações começaram a partir de denúncias relacionadas ao conteúdo discriminatório. Até o dia 14 de março do ano passado, foram 69.729 registros contra o site.

20 FEV 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Sérgio Souza defende TRF no Paraná



1 Sérgio Souza explicou a proposta que tramita no Congresso

O senador Sérgio Souza (PMDB) entregou ontem ao presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Félix Fischer, exemplares da Nota Técnica sobre a Proposta de Emenda à Constituição que cria os Tribunais Regionais Federais no Paraná, Amazonas, Bahia e Minas Gerais. Durante o encontro, no gabinete do ministro, em Brasília, o senador explicou a necessidade de um novo tribunal no Paraná, para atender à população do Estado e informou sobre

a Frente Parlamentar em Defesa da Criação dos Tribunais Regionais Federais (TRFs), criada no final de 2011.

Sérgio Souza informou sobre a tramitação da PEC de sua autoria, que também prevê a criação do tribunal no Paraná. A proposta está na pauta de votações do plenário do Senado. “Este é o momento ideal para a criação do TRF, já que temos um presidente do STJ do Paraná e a ministra da Casa Civil (Gleisi Hoffmann) também do Estado”, afirmou o senador.

NOTA POLÍTICA

Custas cartorárias

A necessidade de uma discussão mais aprofundada sobre a proposta de reajuste do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário (Funrejus) e das custas judiciais e extrajudiciais motivou reunião, na noite de segunda-feira (18), entre a Presidência da Assembleia Legislativa, a 1ª secretaria da Casa e mais treze entidades.

20 FEV 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Marcado julgamento de Derosso e Cláudia Queiroz

| Ex-presidente da Câmara deve ser julgado no dia 22 de maio



| Derosso e Cláudia Queiroz vão responder por supostos desvios na Câmara

A Justiça marcou a data do início do julgamento do ex-presidente da Câmara Municipal de Curitiba, João Cláudio Derosso (sem partido), para o dia 22 de maio de 2013. Na mesma data devem começar a ser julgados também a ex-mulher dele, Cláudia Queiroz e mais quatro funcionários da Casa acusados de direcionar licitação de serviços de publicidade no Legislativo.

A acusação do Ministério Público é de que a empresa de Cláudia Queiroz, Oficina da Notícia, foi favorecida no processo licitatório. O então presidente da Câmara ainda

não era casado com Queiroz, mas ela era funcionária da Casa no período em que venceu a concorrência, o que foi considerado ilegal pela acusação. Derosso, que havia passado 15 anos na presidência da Câmara, foi cassado em junho de 2012.

A primeira etapa do julgamento é a audiência de instrução, quando a Justiça deve examinar as provas da acusação e da defesa. Na sequência ainda deverá ser aberto o prazo para alegações finais e então o juiz proferirá a sentença. Não há previsão de término do processo.

JORNAL DO ÔNIBUS

PRESA CHEFE DE UTI

20 FEV 2013

Euta násia



A polícia prendeu ontem a médica Virgínia Soares de Souza, que dirigia a UTI do Hospital Evangélico, por suspeita de praticar eutanásia. Os detalhes das mortes não foram divulgados.

20 FEV 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Médica é suspeita de eutanásia no Evangélico

Hospital afirma que desconhece prática de indução à morte e abre sindicância interna

A Polícia Civil de Curitiba realizou nesta terça-feira (19) uma operação para investigar mortes na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Evangélico, o segundo maior de Curitiba. A médica Virginia Soares de Souza foi detida, segundo a Secretaria de Segurança Pública do Paraná. A polícia investiga a prática de eutanásia, que é a indução à morte com consentimento do paciente. Não há mais detalhes porque outras pessoas também são citadas no inquérito.

Aprensões

A ação policial também apreendeu prontuários médicos e outros documentos relativos a internações e mortes de pacientes, de acordo com a Promotoria de Proteção à Saúde Pública do Ministério Público, mas o conteúdo não foi divulgado porque o inquérito está sob sigilo.

A Polícia começou a ouvir na tarde desta terça 30 funcionários da UTI do Hospital Evangélico.

Em nota, a instituição afirmou que não possui conhecimento adequado dos fatos em virtude de o inquérito ser sigiloso, mas que instalou uma sindicância interna para apurar os fatos denunciados. A nota diz ainda que o Hospital reconhece a competência profissional da médica presa, e que desconhece qualquer ato dela que tenha ferido a ética médica.

20 FEV 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

Internação I Médica responsável pela UTI do Hospital Evangélico é presa, suspeita de abreviar a morte de pacientes em estado grave

Brincando de Deus

Janaina Monteiro

A diretora da Unidade de Terapia Intensiva Geral (UTI), do Hospital Universitário Evangélico, foi presa, na manhã de ontem, suspeita de ser responsável por mortes de pacientes, além de maus-tratos. Segundo relatos de funcionários, a intensivista Virginia Helena Soares de Souza “brincava de Deus” e escolhia quem iria viver ou morrer.

Policiais do Nucleo de Repressão aos Crimes contra a Saúde) apreenderam prontuários médicos e documentos no hospital e cumpriram o mandado de prisão temporária contra a médica, que trabalha há 25 anos no Evangélico. As secretarias de Saúde municipal e estadual e o hospital abriram sindicâncias para apurar as irregularidades.

As investigações começaram há um ano e correm em sigilo no Nucleo, onde a médica prestou depoimento e pelo menos 30 funcionários deverão ser ouvidos. Não se sabe, por enquanto, quantos pacientes morreram por causa da intervenção da médica e se outras pessoas foram presas. A operação de ontem foi acompanhada pelo Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção à Saúde Pública do Ministério Público do Paraná (MP-PR).

Corredores

Comentários davam conta que Virginia retirava medicamentos de pessoas já desenganadas para adiantar suas mortes. Fontes consultadas pela **Tribuna** e que preferiram manter o anonimato relataram que Virginia assumiu a UTI

geral após a morte do marido que, até então, chefiava o setor. Em 2009, Virginia publicou o livro Manual do Ambiente Hospitalar. Os boatos sobre a conduta “diferenciada” da médica tomavam conta dos corredores do hospital há algum tempo.

A notícia da prisão chegou à imprensa por informações de funcionários sobre a presença de policiais. O primeiro órgão a confirmar oficialmente a prisão foi a Secretaria Estadual da Saúde, que, em seu site, divulgou abertura da sindicância. Em nota, o Hospital Evangélico esclareceu não poder comentar o caso sem ter conhecimento adequado dos fatos. O hospital reconheceu a competência profissional da funcionária e “até o momento desconhece qualquer ato técnico da mesma que tenha ferido a ética médica”.

Sigilo impede divulgação de detalhes

A Polícia Civil não esclareceu por qual crime a médica foi presa e se limitou a dizer, em nota, que “poucas informações podem ser repassadas à imprensa, pois o Departamento da Polícia Civil obedece às limitações do sigilo decretado judicialmente nos autos”. A delegada Paula Brisola, do Nucleo, informa que “as medidas adotadas estão respaldadas em lei e que todas as providências necessárias visando a segurança e saúde da população serão tomadas”.

Devido ao sigilo das investigações, o MP-PR e o Conselho Regional de Medicina do Paraná (CRM-PR) também não deram detalhes sobre o caso. O MP informou ainda que vem “adotando as providências necessárias junto aos órgãos públicos competentes para a garantia da continuidade e integralidade da assistência à saúde dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) no hospital”.

CRM

Em nota assinada pelo presidente Alexandre Gustavo Bley, o CRM-PR confirmou que deve abrir sindicância e tomará as medidas necessárias assim que tiver acesso aos autos. “O CRM ressalta que este é um caso singular e reitera sua confiança na classe médica e especialmente nos intensivistas que trabalham em plantões em UTI diuturnamente lutando pela vida”.

CONTINUA

20 FEV 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO

Ministério comunicado

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, foi comunicado sobre o caso pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS), que abriu sindicância para investigar irregularidades a ser conduzida pelo auditor do Ministério da Saúde, Mário Lobato da Costa. A pasta também solicitou à diretoria do hospital a substituição da equipe de UTI Geral até a conclusão das investigações.

Um médico-observador será nomeado por uma junta administrativa - composta pela SMS, Conselho Regional de Medicina e Sociedade Evangélica Beneficente. O secretário de Saúde de Curitiba, Adriano Massuda, também comunicou o caso ao secretário de Estado da Saúde, Michele Caputo Neto. A fim de suprir eventual dificuldade de atendimento, as duas secretarias estão trabalhando em conjunto para colocar em funcionamento dez novos leitos de UTI no Hospital do Trabalhador.

Defesa

O advogado Elias Mattar Assad, que defende a médica, esclareceu, em nota no Facebook, que a suspeita "deriva de errada interpretação de escuta telefônica e/ou pessoas próximas não familiarizadas com procedimentos de UTI". Ele citou, por exemplo, o uso do respirador. "Esse equipamento é alterado o tempo todo na dinâmica dos doentes de acordo com situação de cada paciente", apontou Assad. Segundo ele, Virgínia "sempre agiu preservando vidas dentro da ética médica e dos critérios nacionais de terapia intensiva com criteriosas discussões dos casos com médicos assistentes e famílias dos pacientes". O advogado disse que vai pedir a revogação da prisão.



CONTINUA

20 FEV 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO

Surpresa

Médica é conhecida por ser muito rígida com sua equipe. "Ela xinga, chegou a dar tapa nas costas e tamancada. A fama se espalhou pelos corredores do Evangélico"

Pacientes selecionados

Carolina Gabardo Belo

Funcionário do Hospital Evangélico, que não quis se identificar, confirmou à **Tri-buna** que a médica Virginia Helena Soares de Souza deixava de prestar atendimento aos pacientes que chegavam à UTI geral sem chances de recuperação. Ele, que já trabalhou com a acusada, não sabe quantas pessoas morreram em decorrência da atitude de Virginia, mas afirma que a prática era conhecida na instituição.

"Quando subia (para a UTI geral) um paciente que não tinha mais condições de melhora, que não tinha mais jeito, ela (a médica) nem passava para a maca da UTI e mandava parar a medicação", relata. Segundo o funcionário, "ela não

fazia isso por falta de funcionário não, mas por causa dela mesmo. Não podiam faltar funcionários pra ela e por isso as pessoas eram remanejadas para a UTI".

Ele afirma que a médica decidia pelo procedimento com o paciente e dava as instruções à equipe sobre o que fazer, independente das vagas na UTI. E em nenhum momento Virginia teria manifestado uma razão para tal atitude. "Ela fazia isso sozinha, tomava as decisões depois que olhava os exames, mas não sei porque fazia isso. Não tinha como o paciente pedir para isso ser feito porque chegava lá muito mal", observa. De acordo com o trabalhador, em geral, os pacientes "selecionados" pela médica apresentavam quadros de queimaduras graves, traumas no crânio ou mais

de um trauma grave pelo corpo (politraumatismo). Apesar dos boatos sobre possível ligação com venda de órgãos ou negociação com funerárias, ele afirma que nunca teve conhecimento destas relações na prática da médica.

Rigor

O funcionário contou ainda que Virginia é conhecida por ser muito rígida com sua equipe, fama que se espalhou pelos corredores do hospital. "Ali não para funcionário por causa dela. Ela xinga, chegou a dar tapa nas costas e tamancada. Provavelmente algum ex-funcionário que fez a denúncia. É uma surpresa que uma pessoa que se mostrava tão grande, tão respeitada no hospital, esteja agora nesta situação", comenta.

●● Ela fazia isso sozinha, tomava as decisões depois que olhava os exames, mas não sei porque fazia isso. Não tinha como o paciente pedir para isso ser feito porque chegava lá muito mal. ●●

Declaração de um funcionário, que pediu anonimato.

CONTINUA

20 FEV 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO

Sindicato não sabe de nada

A presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Curitiba e Região (Sindesc), Isabel Cristina Gonçalves, afirmou que a entidade não recebeu nenhuma denúncia de funcionário em relação à prática e à conduta da médica acusada. A sindicalista acredita

ainda que, apesar do momento delicado pelo qual passa o Hospital Evangélico, as condições de atraso nos salários ou falta de pagamento dos benefícios não motivaram a atitude. "Acredito que foi uma prática individual. Desconhecíamos o fato e lamentamos que isso tenha ocorrido", afirmou. (CGB)

REPRODUÇÃO



Dr. Morte praticou eutanásia em mais de 130 pacientes.

Paraná na rota mundial

Da Redação

Não é a primeira vez que o Paraná entra na rota mundial de casos de eutanásia. Ex-vereador e ex-secretário de Saúde de Marechal Cândido Rondon, no oeste do Estado, o médico Ítalo Fernando Fumagalli foi acusado da prática em pelo menos três doentes terminais no hospital de sua propriedade, sob alegação de alto custo do internamento. Ele ordenava que duas enfermeiras aplicassem cloreto de potássio em dose que provoca morte por parada cardíaca e respiratória em poucos minutos.

O processo criminal contra o trio foi iniciado em 1991. Fumagalli foi indiciado por homicídio qualificado, cuja pena varia de 12 a 30 anos de reclusão, mas decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) suspendeu o julgamento por prazo indeterminado. O Conselho

Regional de Medicina (CRM) absolveu o médico das acusações. No ano passado, ele tentou ser prefeito, mas teve a candidatura cassada.

Famoso

Nos Estados Unidos, Jack Kevorkian, mais conhecido como Dr. Morte, realizou eutanásia em mais de 130 pacientes, mas ficou famoso após assumir participação na morte de um rapaz de 30 anos que sofria de esclerose múltipla. O Dr. Morte colocou o doente em sua Kombi, prendeu no seu rosto uma máscara ligada a um cilindro de gás e atou sua mão direita ao fio preso a um grampo que bloqueava o fluxo de gás. Ao soltar o fio e liberar o veneno, Hyde morreu em 20 minutos. Kevorkian ficou oito anos preso e foi libertado em 2007, sob a condição que não auxiliasse mais nenhum suicídio assistido, e morreu em 2011, aos 83 anos.

CONTINUA

20 FEV 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO

Familiares ficam abalados

Carolina Gabardo Belo

Depois que a prisão de Virginia Helena Soares de Souza veio à tona, os funcionários do Hospital Evangélico acreditam que muitos familiares de pacientes mortos de maneira suspeita irão procurar a instituição para pedir esclarecimentos. A cabeleireira Jânia Gomes dos Santos não descarta a possibilidade de sua irmã Rosaina Gomes dos Santos ter morrido por problemas na UTI do hospital. A moça morreu em janeiro do ano passado depois de ficar quatro dias na unidade. "Minha irmã chegou andando no hospital, chegou bem e não sabiam o que ela tinha", lembra. Seu marido, Genivau Madalena foi quem recebeu a notícia da morte da cunhada pela Virginia. "Ela não me deixava entrar na UTI para ver a Rosaina e era sempre muito esquisita, grossa. Quando foi dar a notícia, foi muito fria. Até hoje a gente não



consegue entender a lógica do que aconteceu", diz.

Diante da situação, os familiares de pacientes internados no hospital também ficam apreensivos sobre o atendimento. A assistente contábil Glaci Sinikevicz (foto) está acompanhando sua mãe, internada por problemas no pâncreas, e reclama das condições do hospital. "Com certeza a gente fica com medo, o atendimento é nojento. E isso que eu estou junto com ela, imagina com quem fica sozinho", critica. A lavradora Leoni Restorf veio de Cerro Azul acompanhar a mãe que está internada na UTI com tumor na cabeça e se diz abalada com a situação. "Não tem como acompanhar o paciente e, enquanto, isso fica na dúvida", lamenta.

Prática comum nas UTIs

Janaina Monteiro e agências

Pesquisa publicada na revista da Associação de Medicina Intensiva Brasileira (Amib), em 2011, revelou que mais de 90% dos profissionais que atuam em unidades de terapia intensiva (UTI) já praticaram ortotanásia, regulamentada pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), em 2006, mas só autorizada pela Justiça Federal em 2010.

A eutanásia, quando a morte do paciente terminal é induzida pelo médico, não é permitida por lei no Brasil. A pena varia de dois a quatro anos de prisão. A ortotanásia se caracteriza pela omissão do médico, que suspende o tratamento do paciente sem chance de cura. O Conselho afirma que a prática só é aplicada nos casos específicos

de pacientes em fase terminal de doença crônica e progressiva, com o consentimento do doente ou da família. A resolução determina que, para limitar ou interromper o tratamento, o médico precisa ter o consentimento do doente ou, se este for incapaz, de seus familiares. Ao contrário do que ocorre na eutanásia, não há indução da morte. O artigo 41 do capítulo V, do Código de Ética Médica (relação com pacientes e familiares) indica que é vedado ao médico abreviar a vida do paciente, ainda que a pedido deste ou de seu representante legal. Com a ressalva do parágrafo único: Nos casos de doença incurável e terminal, deve o médico oferecer todos os cuidados paliativos disponíveis sem empreender ações

diagnósticas ou terapêuticas inúteis ou obstinadas, levando sempre em consideração a vontade expressa do paciente ou, na sua impossibilidade, a de seu representante legal.

Audiências públicas

O texto do novo Código Penal procura regulamentar a eutanásia e legalizar a ortotanásia, desde que a reversão da doença seja atestada por dois médicos. Ontem, o Senado informou que a comissão especial que analisa o novo código definirá amanhã a agenda de trabalhos e deve marcar audiências públicas para ouvir a sociedade sobre o projeto, principalmente sobre os pontos mais controversos como as novas regras para o aborto e a eutanásia.

20 FEV 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

Corpo de empresário será exumado

Os restos mortais de Marcos Kitano Matsunaga, diretor da Yoki morto e esquartejado no ano passado, vai ser exumado em 12 de março, informou ontem o Tribunal de Justiça de São Paulo. O Instituto Médico-Legal (IML) autorizou que a exumação ocorra às 9h daquele dia, no Cemitério São Paulo. Nova perícia será realizada no cadáver para determinar o exato momento em que o diretor da Yoki foi morto. Há dúvidas se Marcos morreu por um tiro na cabeça ou se ainda estava vivo no momento em que seu corpo foi esquartejado. O pedido da exumação foi feito pela defesa da viúva e ré confessa do crime, Elize Matsunaga.

Divulgado em junho, o laudo que fez parte do inquérito policial do caso apontou que Marcos foi decapitado quando ainda estava vivo. Segundo os peritos, a morte ocorreu por choque traumático, causado pela bala, e asfixia respiratória por sangue aspirado devido à decapitação. Na época da divulgação do laudo, porém, seu resultado já havia sido questionado pelo advogado de Elize, Luciano Santoro. O defensor entende que Elize pode pegar pena de no máximo 10 anos. A exumação poderá ser a chave para que Elize não seja condenada pela qualificadora de meio cruel caso fique comprovado que Marcos morreu em razão do disparo na cabeça e que já estava morto quando foi esquartejado.

Premeditação

Para o promotor José Carlos Cosenzo, o crime foi premeditado, por motivo financeiro - Marcos era diretor da empresa de alimentos Yoki. Ele espera que ela seja condenada a 30 anos de prisão por homicídio triplamente qualificado motivo torpe (vingança movida por dinheiro), utilização de recurso que impossibilitou a defesa da vítima e meio cruel (esquartejamento).

tribuninhas

Cassado

Sessão na noite de ontem no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) cassou o mandato do prefeito de Fazenda Rio Grande, Chico Santos (PSDB), por cinco votos a zero. Santos, que é do PSDB, havia sido reeleito em outubro e agora foi cassado por improbidade administrativa e abuso do poder econômico. Ele ainda pode apelar recurso ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Chico Santos é acusado de usar recursos públicos para promoção pessoal e propaganda eleitoral fora de época. Antes da eleição de outubro a Justiça já havia considerado que Chico Santos era inelegível com base na lei da Ficha Limpa, mas ele recorreu ao TSE e participou e venceu o pleito com pouco mais de 60% dos votos.

Autônomo

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) determinou que o INSS amplie o prazo em que o autônomo continua com direitos de segurado sem pagar a contribuição se comprovar que está desempregado. Com isso, o beneficiário passa a ter até três anos para requerer benefícios. O prazo era de 12 meses. A decisão vale apenas no Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

JÚRI

O julgamento do ex-presidente da Câmara de Curitiba, João Cláudio Derosso, vai começar em 22 de maio. Na data será a audiência de instrução, a primeira etapa do júri, quando são coletadas informações da defesa e acusação. A partir de maio também serão julgados a ex-mulher dele, a jornalista Claudia Queiroz, e outros quatro funcionários da Casa. Os réus respondem por improbidade administrativa. A irregularidade estaria, de acordo com a acusação, na licitação para escolha de empresas de publicidade para o legislativo.

20 FEV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Juiz manda indenizar pais de 5 crianças entregues à adoção

Casal de agricultores do interior da Bahia tiveram os filhos levados à revelia; 4 casais paulistas adotaram as crianças

O juiz das comarcas de Monte Santo e Euclides da Cunha, no norte da Bahia, Luís Roberto Cappio, condenou os pais adotivos paulistas dos cinco filhos dos agricultores baianos Silvana da Silva e Gerônimo de Souza, que haviam sido retirados de casa à revelia, em 2011, a pagar indenização por danos morais “concretos e presumidos” aos pais biológicos e aos filhos.

A decisão, publicada no *Diário da Justiça* do Estado da Bahia de ontem, não estipula o valor, que, de acordo com o texto, “deverá ser objeto de liquidação por arbitramento e/ou por artigos”.

Além disso, o magistrado determinou que os pais adotivos paguem R\$ 36 mil a cada um dos advogados dos parentes biológicos, como honorários advocatícios, e R\$ 3,6 mil como multa por “litigância de má-fé”.

Cappio também extinguiu os processos de adoção das crianças, que hoje têm de 1 ano e 10 meses a 8 anos. Cabe recurso às quatro famílias do interior paulista (de Campinas e Indaiatuba) que adotaram as crianças.

De acordo com Cappio, a condenação por danos morais decorre tanto do processo irregular das adoções em si quanto da “campanha difamatória” feita pelos pais adotivos “nas mídias e nas redes sociais”. “Houve uma tentativa, de forma dolosa e concentrada, de desqualificar tanto a capacidade da Justiça e quanto a dos pais biológicos”, justifica.

As cinco crianças adotadas pelas famílias paulistas foram tiradas da casa dos agricultores baianos – hoje separados – em Monte Santo, em junho de 2011, por determinação judicial, assinada pelo então juiz da comarca, Vítor Ma-

noel Xavier Bizerra. Em novembro passado, o Ministério Público baiano entrou com ação na Justiça, pedindo o retorno das crianças à família biológica por encontrar indícios de irregularidades no processo de adoção.

O juiz Luís Roberto Cappio acolheu o pedido e determinou a devolução dos filhos aos pais biológicos. As crianças passaram 15 dias de readaptação afetiva com a mãe em São Paulo e, em 19 de dezembro, voltaram a Monte Santo.

O caso ganhou repercussão nacional e é investigado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas, do Senado.

Ouvido na CPI, Bizerra disse que sua decisão determinando a retirada das crianças dos cuidados dos pais biológicos foi técnica, tomada com base em relatórios do Conselho Tutelar e do próprio MP – que negam ter sugerido a adoção.

Para o MP, há a suspeita de que o magistrado integre um grupo acusado de intermediar processos de adoção ilegal no Estado, que seria liderado pelo casal Carmen e Bernhard Topschal. Convocados para depor na CPI, eles compareceram, mas preferiram ficar calados. Em novembro, os parlamentares autorizaram a quebra dos sigilos fiscal, bancário e telefônico dos acusados.

20 FEV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

CNJ limita patrocínio privado a eventos de juízes

Conselho Nacional de Justiça recuou da proposta de extinguir o financiamento de empresas, mas estabeleceu um teto de 30% do que será gasto nas reuniões

A resolução que deveria impedir eventos patrocinados por empresas privadas no Judiciário terminou por institucionalizar uma espécie de cota patrocínio. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) recuou da proposta de extinguir os patrocínios privados e aprovou ontem uma resolução para estabelecer um limite máximo. A partir de agora, os tribunais poderão receber financiamento de empresas privadas, desde que o valor não ultrapasse o equivalente a 30% do que será gasto no congresso ou seminário.

A proposta original vedava completamente o patrocínio de empresas privadas. A intenção era coibir alguns eventos que, de acordo com conselheiros, assemelhavam-se a colônias de férias, inclusive com o sorteio de presentes, como carros e cruzeiros marítimos. “Esses eventos, na grande maioria, não têm nenhum efeito cultural, especialmente esses que são realizados nas praias”, afirmou o corregedor Nacional de Justiça, Joaquim Falcão.

Mas o texto original foi considerado severo demais por integrantes do Conselho. O presidente do CNJ, ministro Joaquim Barbosa, propôs então que fosse estabelecida uma cota para os patrocínios de 30% do valor total do congresso. E sua proposta acabou por tirar das associações os patrocínios e levá-los para os tribunais.

“A solução dos 30% veio de mim, como forma de viabilizar a resolução”, afirmou Barbosa. O ministro, no entanto, disse ser a favor da extinção total dos patrocínios de seminários ou outros eventos com a participação de magistrados. “O meu entendimento é da vedação total”, acrescentou. “Isso virá no futuro.”

Barbosa defende que conselho quebre sigilo de magistrados

● O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Joaquim Barbosa, voltou a defender o poder do Conselho de quebrar os sigilos bancário e fiscal de magistrados investigados. Na sessão de ontem, parte dos conselheiros defendeu que só uma decisão judicial poderia autorizar a medida – e outros defendiam que cabe ao plenário decidir.

“Acho que para cada procedimento trazer ao plenário a aprovação ou não é inviabilizar na prática. Isso não vai andar”, afirmou Barbosa. Em seu entender, se houver abusos, o plenário do CNJ pode derrubar a decisão. “Se entender que houve alguma irregularidade, corrige”.

No passado, o plenário do Conselho decidiu que as quebras de sigilos devem ser autorizadas pela maioria dos conselheiros.

Ainda ontem, o CNJ adiou a decisão sobre o critério para o pagamento de passivos trabalhistas do Judiciário. O texto deverá ser analisado na próxima sessão do CNJ, no dia 5 de março.

Associações. As associações só poderão organizar seminários, congressos e simpósios com recursos próprios. A vedação aos patrocínios pode inviabilizar novos eventos, conforme o presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Nino Toldo. “A tendência é acabar”, criticou. “O que custava ouvir as associações antes?”.

A decisão do conselho também afeta prêmios organizados por entidades privadas, que premiavam magistrados por boas práticas. Um desses prêmios era concedido na sede do Supremo Tribunal Federal (STF), premiava juízes com o pagamento de aproximadamente R\$ 50 mil, financiava passagens e hospedagens dos premiados. Os jurados desse prêmio, por exemplo, eram ministros do STF e do STJ.

O Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Nelson Calandra, afirmou que analisará o texto para saber se haverá recurso ao Supremo. E criticou a proibição de patrocínio por empresas privadas para eventos que, de acordo com ele, contribuem para a melhoria da Justiça: “Há empresas que contribuem para o País melhorar. Se o Judiciário melhora, melhor para os bancos e para as empresas”, disse.

Ao longo da sessão de ontem, integrantes do CNJ criticaram o texto da resolução. “Dá a impressão de as associações estão ávidas por recursos para seus magistrados”, criticou o conselheiro Tourinho Neto. O conselheiro Ney Freitas reclamou que os tribunais não financiavam a participação de magistrados em seminários e congressos. “Magistrado não é vocacionado a participar aqui e ali de simpósios. Eles já são preparados”, rebateu Barbosa.

20 FEV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça libera faculdade que foi fechada por impasse ambiental

Dois anos após ter conseguido aprovação do Ministério da Educação (MEC) para abertura de nove cursos, a Faculdade Piaget conseguiu autorização judicial para a abertura de seu campus, em Suzano, Região Metropolitana de São Paulo. Atendendo a uma ação do Ministério Público, a Justiça havia suspenso o início das aulas no começo de 2012 por conta de “potenciais riscos” no terreno, que teria sido usado como depósito clandestino de lixo e não havia passado por recuperação ambiental.

Os três prédios já estavam prontos no ano passado, mas a instituição – com sede em Portugal – não pôde receber seus primeiros alunos. Agora, o começo das aulas está agendado para o dia 4 de março.

No início de 2012, a juíza Ana Luiza Liarte, da 4.^a Câmara de Direito Público, decidiu que não havia elementos para dizer que a recuperação do solo tenha sido feita, além de “fortes indícios de que a área onde a atual universidade se situa já foi local de depósito de lixo urbano” – conforme o **Estado** noticiou à época. Além disso, a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) informara que não havia sido consultada sobre a construção dos prédios para deliberar acerca da recuperação ambiental.

Ao longo do ano, a instituição produziu uma série de estudos e laudos técnicos que garantiam a segurança da área, como a não existência de gases poluentes. Também produziu dossiê fotográfico, argumentando que o lixo não ficava exatamente onde as construções foram erguidas.

A Justiça autorizou a abertura no mês passado. “Observado, inicialmente, o princípio ambiental da precaução, parece-nos agora existir elementos suficientes para se autorizar com segurança

o início do ano letivo”, declarou a juíza Ana Liarte no acórdão, de 28 de janeiro de 2013.

O vestibular foi realizado no dia 17 e as matrículas começaram ontem. A Piaget tem capacidade para 1,2 mil alunos em Nutrição, Farmácia, Fisioterapia, Engenharia de Alimentos, Ambiental, Educação Física, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Administração.

Histórico. O terreno da faculdade foi cedido à instituição em 2007 pela prefeitura. A área total tem 292 mil m² e fica na região central de Suzano. O local já foi usado para extração de areia e argila. Como contrapartida à doação, a faculdade deveria recuperá-lo ambientalmente e instalar um parque contíguo aos prédios, além de oferecer bolsas à comunidade. Apesar de ser parte da demanda judicial, a entrega do parque ainda não se concretizou. A instituição não informou se há previsão de abertura.

Em relação às bolsas, serão contemplados 500 alunos com 50% de desconto (as mensalidades integrais variam de R\$ 1.002 a R\$ 1.300). A faculdade também afirma já ter concedido 46 bolsas integrais à população carente da região.

20 FEV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Saúde. Investigada há um ano, Virgínia Soares de Souza trabalha no Hospital Evangélico, em Curitiba (PR), e polícia analisa prontuário de 18 pacientes mortos no período; outros funcionários da unidade também serão ouvidos e hospital abre sindicância

Médica de UTI é presa por suspeita de ajudar pacientes terminais a morrer

A médica Virgínia Soares de Souza, que trabalha na UTI do Hospital Evangélico, em Curitiba (PR), foi presa na manhã de ontem durante operação do Núcleo de Repressão aos Crimes Contra a Saúde (Nucrisa), da Polícia Civil. Ela é suspeita, segundo fontes ligadas à polícia, de ter praticado eutanásia (indução à morte de pacientes com consentimento, mas que é crime no Brasil) e vinha sendo investigada havia um ano, juntamente com outros profissionais. Pelo menos 18 casos estão sob investigação.

Logo após seu depoimento, a médica foi levada para o Centro de Triage na capital. Cerca de 20 pessoas que atuam ou trabalharam na UTI também estão sendo ouvidas.

A Polícia Civil não revelou quantos casos de eutanásia teriam sido praticados pela médica, pois a investigação corre sob sigilo de Justiça. Mas, além da prisão da profissional de saúde, a polícia também levou 18 prontuários de pacientes que estiveram na UTI nos últimos meses e se colocou à disposição de pessoas que perderam familiares na UTI do hospital e queiram prestar algum tipo de queixa.

A delegada Paula Brisola concederia uma entrevista coletiva no final da tarde. Mas, 30 minutos depois do horário previsto, a assessoria de imprensa da Secretaria de Segurança Pública informou que somente o secretário Cid Vasquez falaria sobre as investigações, hoje.

Antes do cancelamento da entrevista, porém, a delegada disse a uma emissora de TV, no início da tarde, que não poderia dar detalhes da operação, pois ela era sigilosa. “Uma palavra mal interpretada pode provocar algum transtorno. É um processo que está em andamento e não há como passar algo.”

O advogado de defesa de Virgínia, Elias Mátzar Assad, falou que sua cliente trabalha desde 1988 no hospital e não há sentido em sua prisão. “Não há nada que desabone o trabalho dela. Pode ter ocorrido um erro de interpretação em alguns termos por meio de pessoas não familiarizadas com a linguagem de uma UTI”, disse. “Ela sempre agiu preservando vidas dentro da ética médica e dos critérios nacionais de terapia intensiva, com criteriosas discussões dos casos com médicos assistentes e famí-

lias dos pacientes”.

A Secretaria de Estado da Saúde também entrou na discussão e, segundo, o secretário Michele Caputo Neto, “o Estado terá participação na comissão de sindicância que vai investigar as mortes na UTI do Hospital Evangélico de Curitiba”, informou por meio de assessoria de imprensa.

CONTINUA

20 FEV 2013

O ESTADO DE S. PAULO CONTINUAÇÃO

O hospital se manifesta. Em nota oficial, o Hospital Evangélico informou que vai abrir uma sindicância interna e também que, por se tratar de um processo que corre sob segredo de Justiça, não teria “conhecimento adequado dos fatos para emitir qualquer juízo”.

Sobre Virgínia, o hospital ressaltou que reconhecia a “competência profissional” e afirma que “até o momento desconhece qualquer ato técnico da mesma que tenha ferido a ética médica.”

Uma morte ocorrida na UTI do Evangélico em agosto do ano passado – sobre a qual a direção do hospital admitiu um erro de um funcionário, que desligou a máquina que mantinha vivo um paciente – chamou a atenção da imprensa na época. O paciente, João Carlos Rodrigues, sofria de uma rara doença neuromuscular degenerativa e estava internado ali havia quatro anos e quatro meses.

Rodrigues escreveu um livro, *Caçador de Lembranças*, no qual relata desde os sintomas da doença até a internação. Ao saber da morte do filho, a mãe de Rodrigues teve um infarto fulminante e também morreu.

Médico dos EUA se tornou símbolo do suicídio assistido

● O nome mais famoso ligado à eutanásia – também chamada de suicídio assistido – no mundo é o de Jack Kevorkian, um patologista americano que estimulou o debate sobre o direito de pacientes terminais de abreviar seu sofrimento.

Apelidado de Dr. Morte, Kevorkian dizia ter ajudado cerca de 130 pessoas a morrer durante os anos 1990. Ele também se considerava um benemérito tão importante quanto Martin Luther King e Gandhi. Morto aos 83 em 2011, o médico passou 8 anos preso.

Especialistas dão a Kevorkian o crédito pela popularização da ideia de suicídio com o auxílio de médicos. Mesmo assim, a prática foi legalizada em poucos Estados – Oregon, em 1997, Washington, em 2009, e em Montana, também em 2009 –, mas por decisões da Suprema Corte e não do Legislativo.

Eutanásia é vista como homicídio

A eutanásia é o abreviamento, feito por um médico, da vida de um paciente terminal – ou seja, é uma antecipação de uma morte inevitável, com a injeção de uma droga letal, por exemplo. É diferente do mero desligamento de aparelhos que mantêm uma pessoa viva, como um respirador artificial – isso é chamado de ortotanásia, na qual a morte do doente ocorre de forma natural.

A legislação brasileira considera a eutanásia como homicídio. A ortotanásia foi autorizada no Brasil em dezembro de 2010, quando a Justiça Federal derrubou uma liminar que suspendia a regulamentação da prática, defendida pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) em resolução de 2006. Em 2010, o CFM havia ratificado, em seu novo código de ética médica, que os profissionais de saúde não devem mais aplicar tratamentos desnecessários em doentes terminais.

A Igreja Católica também concorda com a ortotanásia, mas reprovava a eutanásia.

OAB PR

19/FEV/2013

**Período de inscrição para lista
sêxtupla do TJ começa nesta
terça-feira (19)**

A partir desta terça-feira (19) a OAB Paraná está recebendo a inscrição dos interessados em participar do processo de formação de lista sêxtupla constitucional para concorrer a uma vaga de desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR). A vaga é decorrente da aposentadoria do desembargador Antônio da Cunha Ribas. O período de inscrição se estende até o dia 11 de março. Informações podem ser obtidas na Secretaria do Conselho Pleno da Seccional.